

ATA Nº04

----- **Ata da sessão ordinária, da Assembleia Municipal de Vagos, realizada no dia 29 de dezembro de dois mil e vinte e um.** -----

-----Ao vigésimo nono dia do mês de dezembro de dois mil e vinte e um, pelas dezoito horas e trinta minutos, através de sistema de videoconferência, reuniu a Assembleia Municipal de Vagos, em sessão ordinária, sob a presidência do senhor Rui Manuel Domingues Santos e secretariado pelos senhores Maria Helena Marques dos Santos e Tony Richard de Oliveira Almeida com a seguinte **ordem de trabalhos:** -----

----- **A – Apreciação e votação das atas das sessões de 15/10/2021, 05/11/2021 e 29/11/2021;** -

----- **B – Expediente, anúncios e informações prestadas pela Mesa;** -----

----- **C – Justificação de faltas;** -----

----- **D – Intervenção do Público;** -----

----- **E – Período “antes da ordem de trabalhos”;** -----

----- **F – Período da “ordem de trabalhos”;** -----

----- **PONTO UM: APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA C), DO Nº2, DO ARTIGO 25º, ANEXO I, DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO;** -----

----- **PONTO DOIS: CONSTRUÇÃO DE ROTUNDA NA EN 109 EM VAGOS – AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL DE PARCELA DE TERRENO;** -----

----- **PONTO TRÊS: CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMO BANCÁRIO DE CURTO PRAZO PARA O ANO DE 2022;** -----

----- **PONTO QUATRO: ORÇAMENTO, PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAL – 2022;** -----

----- **PONTO CINCO: ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS;** -----

----- **PONTO SEIS: COVID 19 – TAXAS- SUSPENSÃO PARA 2022;** -----

----- Feita a chamada verificou-se a presença dos seguintes membros da Assembleia Municipal: ---

----- Juan Carlos Ferreira Martins, Nuno Roberto Rodrigues Moura, Xavier Prior Neto, Madalena Marques Santos Simões Pinto, Victor Fernando Santos Neto, Sérgio Manuel Jesus Martins, Liliana Barreira, Hugo Jorge Emanuel da Silva Ribeiro Jorge, Hermes Jorge Rodrigues Fernandes, em substituição de José Augusto Ferreira Martins e Sérgio Domingos, em substituição de Andreia Pereira Santos Marques, eleitos na lista do PSD. -----

----- Óscar Lopes Francisco, Alexandre Ferreira Marques, Diana Ferreira Julião, Rogério Paulo Soares e Rodrigo dos Santos Capeloa, eleitos na lista do CDS. -----

----- Bruno Marcelo Regalado Julião e Carla Filipa Ferreira Gouveia, em substituição de Óscar Manuel de Oliveira Gaspar e eleitos na lista do PS. -----

----- Sidónio Santos Sansana, eleito na lista do CHEGA. -----

----- Igualmente compareceram os senhores Presidentes das Juntas de Freguesia assim distribuídos: Filipe Tiago da Silva Ribeiro Jorge, Presidente da Junta de Freguesia de Calvão; Albano

Gonçalves, Presidente da Junta de Freguesia de Fonte de Angeão e Covão do Lobo; Arlindo das Neves, Presidente da Junta de Freguesia de Gafanha da Boa Hora; Hugo Miguel Nunes Santos, Presidente da Junta de Freguesia de Ouça; Marisa Santos Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Ponte de Vagos e Santa Catarina; Nelson Costa Cheganças, Presidente da Junta de Freguesia de Soza, e Fernando Julião, Presidente da Junta de Freguesia de Vagos e Santo António. -----

----- Faltaram à sessão os senhores Deputados Óscar Gaspar, José Augusto Ferreira Martins, Andreia Pereira Santos Marques e João Paulo Neves da Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Santo André de Vagos; -----

----- Da Câmara Municipal estiveram presentes os seguintes membros: o senhor Presidente da Câmara Municipal, Silvério Rodrigues Regalado, o senhor Vice-Presidente da Câmara, João Paulo Sousa Gonçalves, e os Senhores (as) Vereadores Maria do Céu Sarabando Marques, Sara Raquel Rodrigues Caladé, Pedro Miguel Carvalhais Bento e Susana Maria Ferreira Gravato. -----

----- **A – Apreciação e votação das atas das sessões de 15 de outubro e 05 e 29 de novembro de 2021.** -----

----- O senhor Presidente da Mesa informou de que as atas não serão submetidas à votação, passando para a próxima sessão. -----

----- **B – Expediente, anúncios e informações prestadas pela mesa.** -----

----- Presidente da Assembleia Municipal - O senhor Presidente da Assembleia Municipal explicou que esta sessão está a ser realizada por videoconferência atendendo ao aumento de casos de COVID e às medidas aprovadas em Conselho de Ministros, com vista ao combate da pandemia. Disse que, para o efeito, ouviu os líderes dos grupos municipais e, todos unanimemente concordaram, pelo que concluiu que a forma mais correta seria realizar a sessão por videoconferência e não presencialmente, tendo em conta a prudência que se deve ter e o dever de responsabilidade e de exemplo que o momento exige. -----

----- Depois, deu conhecimento da correspondência recebida, no período compreendido entre os dias 1 de outubro e 29 de dezembro de dois mil e vinte e um e fez referência ao relatório da aprovação da conta de gerência de dois mil e dezasseis do Tribunal de Contas, assunto que será objeto de apreciação na próxima sessão. -----

----- Entretanto, deu também conhecimento do resumo recebido do grupo municipal do PSD relativamente ao que se passou na Assembleia Intermunicipal da CIRA, realizada no dia treze de dezembro, que teve como pontos essenciais: a eleição e tomada de posse da Mesa da Assembleia Intermunicipal; a apreciação e votação do plano e orçamento e das grandes opções do plano para o ano de 2022; as novas competências a nível da Ação Social; a eleição do Secretário Executivo Intermunicipal. -----

----- De seguida, o senhor presidente informou que se realizou o Congresso da ANMP, que decorreu em Aveiro, nos dias onze e doze de dezembro, onde participaram o Presidente da Assembleia Municipal, o senhor Presidente da Câmara Municipal e a senhora Presidente de Junta de Freguesia de Ponte de Vagos e Santa Catarina, e que os temas principais que se discutiram foram: a regionalização; a descentralização e o reforço importante do papel do poder local. -----

----- Continuando, deu a conhecer que foram criados endereços de e-mail institucionais para todos os membros da Assembleia Municipal. -----

----- Por fim, agradeceu aos serviços informáticos da Câmara Municipal pelo trabalho efetuado, e de forma expedita e colaborante, que permitiu a realização desta sessão. -----

----- **C - Justificação de faltas;** -----

----- Para efeitos do disposto na alínea j), do nº1, do artigo 29º, anexo I, da lei 75/2013, de 12 de setembro, e na alínea j), do nº 1, do artigo 8º, do Regimento da Assembleia Municipal de Vagos, o senhor Presidente informou o órgão deliberativo que a Mesa da Assembleia Municipal justifica as faltas dos senhores Deputados Óscar Gaspar, Andreia Marques e José Martins à sessão de hoje. --

----- **D – Intervenção do Público;** -----

----- Não houve nenhuma inscrição para intervenção do Público. -----

----- **E – Período “antes da ordem de trabalhos”:** -----

----- Filipe Jorge – O senhor Deputado Filipe Jorge usou da palavra e começou por agradecer a transferência que foi feita esta semana, relativa ao ano de dois mil e dezanove, no que diz respeito à delegação de competências da Junta de Freguesia de Calvão. Entretanto, perguntou quando é que há nova transferência ou se de facto a morosidade dos processos e da resposta da Câmara Municipal vai dificultar ainda mais. -----

----- Juan Carlos Martins – O senhor Deputado Juan Carlos Martins usou da palavra para apresentar duas questões: A primeira, sobre a estrada Rines-Sanchequias, no que diz respeito à degradação ou defeitos que a via tem, pelo que questiona quando vão ser reparados. A segunda questão, prende-se com a agregação das Freguesias. Disse que, mais uma vez, começaram a sair notícias a falar da desagregação de Freguesias. A última vez foi em julho ou agosto e fez-se um debate sobre este tema onde foi dito aquilo que se entendia sobre o tema. Continuando, disse que os membros da Assembleia Municipal do PS, na altura, ficaram incomodados porque consideraram que o tema não era oportuno. Na altura estava-se a algum tempo das Eleições Autárquicas. Agora, a um mês das Eleições Legislativas voltam a estar na ribalta notícias sobre a desagregação das Freguesias, com o famoso diploma da desagregação que está publicado, e aguarda-se novamente pelo início do processo de desagregação, começando por ouvir as pessoas. O senhor Deputado pergunta se o senhor Presidente tem mais alguma informação sobre este assunto que possa aqui partilhar. -----

----- Sidónio Sansana – O senhor Deputado Sidónio Sansana usou da palavra e referiu-se ao direito da oposição na contribuição de propostas para o orçamento municipal. Disse que não vai entrar em questões da semântica da lei, e se este direito tem de se traduzir num convite do Executivo Camarário aos partidos da oposição ou se estes podem fazer a suas propostas espontaneamente, porque o que quer abordar vai muito mais para além disto. Disse também que todos os partidos que estão aqui representados nesta Assembleia Municipal foram convidados a apresentar propostas e o CHEGA não recebeu qualquer convite para o fazer. O CHEGA soube informalmente mais tarde, cerca de um mês depois de o processo estar em curso, e que, inicialmente, ainda tentaram apresentar propostas. No entanto, constataram que o *timing* já ia bastante avançado e não iria a tempo de fazer o processo como devia ser e as propostas serem consideradas e optaram por não

apresentar qualquer proposta. Por fim, disse que a mensagem que quer deixar é que devem ser informados os serviços camarários que o CHEGA agora também está representado na Assembleia Municipal e faz questão de participar nestas questões em pé de igualdade com os restantes partidos.

----- Bruno Julião – O senhor Deputado Bruno Julião usou da palavra e começou por deixar um agradecimento a todos os intervenientes no combate à pandemia e à forma como estão neste momento, articuladamente, a combatê-la, desde a liderança deste Governo, às Autarquias e às diversas entidades envolvidas, designadamente de carácter regional e municipal. Por outro lado, quis deixar um apelo a todas as pessoas que estão a ouvir para continuarem a adotar comportamentos responsáveis, porque as medidas que cada um adota continuam a ser as mais decisivas no combate a esta pandemia. Disse que, não obstante a volatilidade da evolução da pandemia, é necessário que haja estabilidade institucional e comportamental para que a sociedade funcione da melhor maneira possível nas atuais circunstâncias. O senhor Deputado deixou um elogio à decisão do Executivo de não realizar a Natál(i)a e de ter tomado a iniciativa de levar às Escolas do Concelho a Operação Natal. Em relação à iluminação o senhor Deputado referiu que é de bom gosto. Disse também que o Conselho de Ministros aprovou e apresentou um conjunto de vinte e seis Contratos de Concessão de Benefícios Fiscais para a instalação de um conjunto de investimentos e, no total deste ano, os que foram apresentados incidem sobre mais de setenta Municípios do país. Quanto ao que foram hoje apresentados, disse que se incluem projetos de investimento de centenas de milhões de euros em Aveiro, Ílhavo e Mira, e que estes três exemplos de investimentos que o Governo apoia têm três coisas em comum: primeiro, pertencem todos a territórios de Câmara Municipais lideradas pelo PSD; segundo, pertencem todos a territórios que fazem fronteira com Vagos; terceiro, infelizmente nenhum deles é Vagos. Disse que Vagos é um território que no entender do grupo municipal do PS corre o risco, neste domínio em particular, de continuar a ficar para trás em relação aos Concelhos vizinhos. Entende que cumpre também à Autarquia ajudar a melhorar as condições das zonas industriais, um assunto sobre o qual o PS tem vindo aqui a falar, ajudar a vender essas zonas industriais, ajudar a fazer *lobbying* junto dos poderes públicos para a captação de investimento, pois todo esse trabalho traria desejavelmente alguns resultados. Continuando, disse que os debates na Assembleia, sobre o desenvolvimento económico, são muito importantes, porque é esse desenvolvimento que pode trazer empresas, que pode trazer emprego, inclusivamente emprego qualificado que pode ajudar a fixar famílias e que pode ajudar a trazer receitas para o Município. Por fim, e neste contexto, pergunta qual o plano concreto de medidas que a Câmara Municipal tem para dois mil e vinte e dois, na área do desenvolvimento económico e industrial. -----

----- Hugo Santos – O senhor Deputado Hugo Santos usou da palavra e começou por fazer referência a um pedido que já havia sido feito anteriormente, ou seja, se o Município solicita à AdRA para verificação das pequenas reparações que ainda estão por ser concretizadas no âmbito das obras de saneamento da Freguesia de Ouca. Disse que algumas já foram intervencionadas, mas existem outras situações por resolver. Por fim, questiona a falta de agendamento de uma reunião, já solicitada, com a Divisão Financeira da Câmara Municipal, no sentido de esclarecer alguns pontos da prestação de contas, porque havia um diferencial entre aquela que era a receita que era recebida

pela Junta de Freguesia a aquela que estava inserida como transferência por parte do Município, e alertou para o facto de que o ano está no fim, e seria bom ter esta questão esclarecida. -----

----- Sérgio Martins – O senhor Deputado Sérgio Martins usou da palavra e questionou o Executivo Camarário sobre o ponto de situação dos orçamentos participativos, e que se vai ouvindo que alguns não estão ainda terminados, incluindo o projeto Flamingo. Quer perceber melhor de quem é a responsabilidade pelos atrasos. Depois, e com referência à questão anteriormente feita pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia de Calvão sobre a transferência de competências, pretende saber o que é que se passa exatamente com estas contas, referentes a anos transatos. Continuando, deixou uma felicitação pelo facto de que pela primeira vez em Calvão foi possível ver um camião a varrer as ruas, e espera que seja para continuar. A seguir, felicitou a senhora Deputada Andreia Marques, que foi eleita Presidente da CPCJ de Vagos, e disse que a CPCJ é um organismo que precisa de todo o cuidado e a eleição da senhora Andreia Marques trará a tranquilidade que se precisa para trabalhar. Nesse contexto, apelou à Câmara Municipal para continuar a dar todo o apoio, para se poder ajudar quem mais precisa. -----

----- Óscar Lopes Francisco – O senhor Deputado Óscar Lopes usou da palavra e referiu que o grupo municipal do CDS-PP pretende questionar o Executivo, e já o havia feito por escrito endereçado ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, relativamente ao orçamento, qual o valor real em dívida a todas as Juntas de Freguesia do Concelho. O senhor Deputado pretendia obter essa informação por escrito, pois será útil para se poder responder a um dos pontos desta reunião, a aprovação do orçamento. -----

----- Presidente da Assembleia Municipal – O senhor Presidente da Assembleia Municipal informou de que no dia de ontem recebeu um e-mail do grupo municipal do CDS-PP a solicitar essa informação e fez o que tinha de fazer, ou seja, reencaminhou o pedido para o senhor Presidente da Câmara Municipal. -----

----- Nuno Moura – O senhor Deputado Nuno Moura usou da palavra e referiu que dado este ser um ano particularmente difícil por força desta pandemia, que teima em não ir embora, considera importante dar aqui relevo ao esforço e trabalho da Câmara Municipal no que diz respeito à manutenção de uma série de eventos que promoveram as entidades, a cultura, o desporto e as mais diversas áreas do Concelho de Vagos. Há sempre muitas pessoas a falarem na cultura e no desporto, mas depois não são consequentes quanto ao mérito de as organizar, de as promover e de as realizar, mesmo sujeitos aos riscos que lhe poderão estar adjacentes. O senhor Deputado considera que se deve dar relevo aos cerca de dez mil participantes em atividades desportivas promovidas pela Câmara Municipal neste ano de 2021, apesar dos constrangimentos e limitações existentes por força da pandemia que se faz sentir à escala global e no estrito cumprimento da legislação em vigor e das orientações emanadas pela DGS. De realçar a realização do Rali da Bairrada e o 4RF Vagos Open em dança desportiva, cujo objetivo principal foi promover o desenvolvimento e a manutenção da prática da atividade física regular. De salientar que ao abrigo desta competição, pela primeira vez, Vagos recebeu uma prova de cariz Mundial, nomeadamente o Campeonato do Mundo Séniores I das danças. É de dar relevo também a diversos projetos culturais

desenvolvidos, dando como exemplo o Vagos em Cena, que aproveitando a mais valia das redes sociais, nomeadamente a página do facebook, colocou em cena e deu palco a músicos, artistas plásticos, atores e escritores do Concelho de Vagos, promovendo os seus trabalhos e proporcionando aos cidadãos momentos culturais. O senhor deputado considera que é importante também dar relevo às comemorações do dia de Nossa Senhora de Vagos, nomeadamente a realização da serenata e o apoio à celebração da Procissão das velas. As cerimónias do dia 10 de junho, dia de Portugal e das Comunidades Portuguesas realizadas nos Paços do Concelho e no Centro de Educação e Recreio com transmissão *on-line* atendendo, mais uma vez, às limitações da pandemia. É de destacar também o espetáculo de teatro musical “Sem Marés” com a participação de atores locais e com um enquadramento cénico que refletiu os elementos identitários dos Municípios envolvidos no projeto do programa cultural “Os Nossos e os Vossos pela Cultura”. O espetáculo musical “Por Terras do Zeca” é outro projeto a salientar, com a Banda Filarmónica Vaguense, bem como o espetáculo “Culturas do Mundo”, que é uma das ações que integraram o projeto “Cultura três por quatro” e teve por base a realização de um evento multicultural que reuniu através de uma amostra gastronómica música etnográfica, cultura e tradições. Este evento contou com a participação de artistas locais, como a Verónica Matias, Stephanie Espadilha, João Santos, Nuno Cipriano e Jonathan Margarido e do artista nacional Rodrigo Leão. Ainda de realçar o espetáculo de música e monumentos, numa organização e interpretação da Banda Vaguense com o apoio do Município de Vagos, nos Paços do Concelho no dia cinco de outubro, por ocasião das comemorações do centésimo décimo aniversário da Implantação da República. E, para concluir, destacou a Operação Natal, o Pai Natal visitou as escolas do Concelho numa iniciativa da Câmara Municipal com o apoio dos Bombeiros Voluntários de Vagos e do Museu do Brincar, que teve como objetivo levar a alegria do Natal a um universo de mil e quatrocentos alunos do 1ºCiclo e Pré-Escolar. Por fim, disse que, como é possível verificar, estas são algumas das atividades desenvolvidas que promoveram o Concelho de Vagos e deram a oportunidade aos munícipes de poder acompanhar. -

----- Presidente da Câmara Municipal – O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para responder às questões colocadas pelos senhores Deputados. Assim, no que respeita à estrada Rines-Sanchequias, disse que não existe nenhum problema grave, e que existem vários problemas que serão resolvidos no momento da recção provisória da empreitada, e então, nessa altura, os defeitos serão apontados pela própria fiscalização da obra, à semelhança dos que já foram em outros momentos, e que os mesmos terão de ser corrigidos. Mais disse que, numa empreitada deste género, a caução está do lado da Câmara Municipal para que, caso aconteça alguma coisa que não seja repostado pelo empreiteiro, a mesma possa ser utilizada para suportar as deficiências da obra. --

----- Relativamente à desagregação de Freguesias, o senhor Presidente da Câmara Municipal disse que está absolutamente de acordo, pelo que nada mais tem a acrescentar. -----

----- Quanto à questão colocada pelo senhor Deputado Sidónio Sansana, disse que a Câmara Municipal obteve durante este processo um e-mail, da Concelhia do CHEGA de Vagos, para onde foi enviado o pedido de contributos no dia vinte e nove de outubro de dois mil e vinte e um. Disse que irá reencaminhar o e-mail ao senhor Deputado para que o mesmo possa confirmar que o pedido

foi enviado para o CHEGA, e que não existiu aqui nenhuma segregação do CHEGA. Disse que os partidos políticos com assento na Assembleia Municipal foram todos consultados, que a Câmara Municipal recebeu contributos do CDS e do PS e que, de facto, não recebeu do CHEGA. O senhor Presidente disse admitir que possa ter havido um erro no envio do e-mail, mas que este, garantidamente, foi enviado, e irá reencaminhá-lo novamente, com conhecimento do senhor Presidente da Assembleia Municipal, para poderem verificar que foi enviado para todos no mesmo dia e hora. Disse também que se houve, de facto, alguma falha dos serviços pedia desde já desculpas e que, se realmente tal aconteceu, não foi propositadamente, mas sim por haver algum problema com o endereço de e-mail. -----

----- Em relação aos elogios do senhor Deputado Bruno Julião o senhor Presidente da Câmara agradece em nome do executivo e dos serviços envolvidos. Relativamente aos projetos que viram as suas candidaturas aprovadas no âmbito da AICEP, e os três que se encontram nos Concelhos vizinhos de Aveiro, Ílhavo e Mira, se há área que o Presidente da Câmara não precisa de puxar pelos galões é essa, embora às vezes puxe porque também há que salientar o que de bom se faz pelo concelho. A verdade é que o investimento está à vista de todos, há mais emprego, mais investimento, muitas vezes mais que os concelhos vizinhos e até há alguns investimentos de deslocalizações de outros Concelhos para Vagos. Obviamente, o intuito é trazer para a região novos investimentos e felizmente tem-se conseguido e os números são muito claros e os investimentos estão bem à vista. Quanto à questão da melhoria das zonas industriais é exatamente isso que se tem estado a fazer. Aliás, o senhor Deputado Bruno Julião também podia ter destacado que o Concelho de Vagos foi um dos dois concelhos da Região de Aveiro que teve apoio às áreas de localização empresarial na primeira fase de candidaturas, estando esse investimento a ser terminado no Parque Empresarial de Soza, na Parcela B. -----

----- Quanto às questões da AdRA, na Freguesia de Ouca, já foram abordadas novamente com a Administração. Aliás, esta é uma das empreitadas que está ainda por receber e há duas a três questões pendentes, nomeadamente uma na Carregosa, na localização de uma Estação Elevatória, que tem de ser resolvida. Em relação ao agendamento de uma reunião com a Divisão Financeira foi um lapso. Disse que, como está a participar nesta sessão o Chefe da Divisão Financeira, Dr. Nuno André, ele irá tomar nota para se agendar a reunião na próxima semana. -----

----- No que respeita ao projeto Flamingo por parte da Câmara Municipal, verificou-se que merecia algumas intervenções adicionais, que estão programadas para serem feitas. Contudo, há a acrescentar o facto de terem sido roubados os painéis fotovoltaicos que alimentavam os aspersores. Disse que no início do ano, e de acordo com aquilo que foi a informação do senhor Vice-Presidente, que é quem está a liderar o processo, as reparações que surgiram serão feitas à posteriori. Quanto à varredura das ruas disse que faz parte do contrato de prestação de serviços que o Município tem e que foi aqui aprovado. Em relação à eleição da senhora Deputada Andreia Marques para a Presidência da CPCJ o senhor Presidente subscreve na íntegra as palavras do senhor Deputado Sérgio Martins e disse que, obviamente, a Câmara Municipal continua disponível para apoiar este órgão em tudo o que lhe for possível. -----

----- Em relação às dívidas às Juntas de Freguesia disse que neste momento só existe dívida à Junta de Freguesia de Calvão. Disse que o terceiro trimestre do ano, depois de apresentados os relatórios, foi pago, há uma semana, a todas as Juntas de Freguesia, e que a única questão que está pendente, em dívida, é a Junta de Freguesia de Calvão. -----

----- Em relação aos destaques feitos pelo senhor Deputado Nuno Moura, disse que o setor da cultura, no âmbito da pandemia, foi dos mais afetados e, por isso, a autarquia teve uma particular atenção em não deixar morrer esta área em Vagos, e não deixar morrer as instituições vaguenses que promovem a cultura em Vagos, e o desporto também. Ainda em relação às questões colocadas sobre a dívida à Junta de Freguesia de Calvão, e à morosidade do procedimento, disse que se a morosidade no pagamento fosse igual à morosidade da Junta de Freguesia, nem no final deste mandato o pagamento seria efetuado. Para além de tudo, se a Junta de Freguesia e a Assembleia de Freguesia de Calvão não tivessem cometido uma série de trapalhadas talvez o processo já tivesse sido resolvido. Exemplificou com o facto de se ter duas atas da mesma Assembleia de Freguesia. Disse também que, no decorrer deste processo, e o relatório está todo feito, desde há muito tempo, esta questão também causa algum transtorno, porque o senhor Presidente de Junta de Calvão só em junho deste ano, no dia vinte e quatro, é que enviou os últimos dados em falta. Ainda assim, a Câmara Municipal no dia dezasseis de junho pagou o terceiro e quarto trimestre de dois mil e dezoito, e o primeiro e segundo já tinham sido pagos em vinte de fevereiro, quando a Junta de Freguesia ainda nem sequer tinha o relatório. Disse que a Câmara Municipal pagou antecipadamente e nunca se escusou a fazer o pagamento. Por sua vez, disse, a Junta de Freguesia e a Assembleia de freguesia só comunicaram à Câmara Municipal a aceitação das competências em meados de dois mil e dezanove. A autarquia podia perfeitamente não ter pago o ano de dois mil e dezoito e metade de dois mil e dezanove, mas, ainda assim, quis cumprir com o seu compromisso e pagar à Junta de Freguesia aquilo que havia sido prometido por parte da Câmara e da Assembleia Municipal. Disse que o pagamento não podia ter sido feito antes, porque a Junta de Freguesia demorou um ano e meio a aceitar as competências, e depois demorou outro tanto até enviar os relatórios. Só a partir de vinte e quatro de junho de dois mil e vinte e um, data em que o contabilista enviou o comprovativo das despesas de dois mil e dezoito, dos mil e dezanove e dois mil e vinte, é que a Câmara Municipal ficou em dívida com os anos de dois mil e dezanove e dois mil e vinte, porque o de dois mil e dezoito até já estava pago. Esse ano de dois mil e dezanove foi pago no dia vinte de dezembro, depois da reunião de Câmara em que o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Calvão participou. Neste momento existem setenta mil euros de dívida, de dois mil e vinte e dois mil e vinte e um, que serão pagos com a maior brevidade possível, mas, realçou, foi a Junta de Freguesia de Calvão que deixou acumular esta dívida. Na última reunião de Câmara, e o senhor Presidente de Junta concordou, foi dito que se existisse aqui um peso na balança, 70 ou 80% dessa responsabilidade seria da Assembleia e Junta de Freguesia de Calvão, que não conduziram bem o processo. No início do ano serão liquidados os setenta mil euros que faltam pagar à Junta de Freguesia de Calvão. No caso concreto de dois mil e vinte e um só ainda está feito o comprovativo do segundo trimestre que foi enviado no dia onze de outubro, e ainda não foi enviado o relatório do terceiro trimestre. Quando o

senhor Presidente fala nos setenta mil euros já se refere ao valor global. Por fim, disse que a Câmara Municipal aguarda que a Junta de Freguesia envie o último relatório e, entretanto, no início do ano irá proceder ao pagamento que está em falta, o correspondente ao primeiro e segundo trimestre deste ano e o ano de dois mil e vinte. -----

----- Filipe Jorge – O senhor Deputado Filipe Jorge voltou a usar da palavra e referiu que há pouco começou a sua intervenção agradecendo ao senhor Presidente a transferência efetuada para Junta de Freguesia de Calvão referente ao ano de dois mil e dezanove, que estava em atraso. O senhor Deputado percebe que o argumento do senhor Presidente é ir sempre buscar a responsabilidade, que de facto existe, numa primeira fase, à Assembleia de Freguesia e à Junta de Freguesia, mas o que é certo é que esse problema está resolvido desde dois mil e dezanove. Não é completamente verdade que a Junta de Freguesia só tenha enviado a informação relativa a dois mil e dezanove e dois mil e vinte em junho deste ano e sim há mais de um ano, em novembro de dois mil e vinte. Continuando, disse que quando fala em morosidade, e é aqui que se impõe, e a responsabilidade da Junta passou de 85 para 90%, porque há alguma demora e quanto mais o tempo passa maior é a responsabilidade dos serviços da Câmara Municipal no que diz respeito à regularização da dívida de dois mil e vinte e dois mil e vinte e um. O processo de delegação de competências foi assinado antes, e, daquilo que se apercebe, o processo de delegação de competências é uma proposta que os serviços da Câmara Municipal fazem para que o Executivo da Junta de Freguesia exerça essas competências. Não foi apresentado antes, à Junta de Freguesia, esse pedido de execução ou esse acordo de delegação de competências. Quando ele foi apresentado já a situação de dois mil e dezoito estava resolvida há muito. A Junta de Freguesia está à espera que seja a Câmara Municipal, mais uma vez, a chegar-se à frente e a dizer que tem uma nova proposta de acordo de delegação de competências. Independentemente disso, disse, parece-lhe que há mais de um ano que a Junta de Freguesia enviou toda a documentação relativa a dois mil e dezanove e dois mil e vinte e já enviou os trimestres de dois mil e vinte e um, e continua sem receber. Entretanto, lembrou que esta não é a primeira vez que este assunto é falado nesta Assembleia Municipal. Já foi abordado pelo menos três vezes, tendo sido a primeira vez em setembro de dois mil e dezoito. De facto, disse, está na altura de resolver o assunto de forma pacífica e cordial. Está a fazer um ano que o senhor Presidente prometeu que iria saldar a dívida toda para com a Junta de Freguesia de Calvão, na última Assembleia Municipal do ano de dois mil e vinte. Entretanto, estamos na última Assembleia Municipal de dois mil e vinte e um e o senhor Presidente referiu que nas próximas semanas de dois mil e vinte e dois saldará a dívida, e assim se espera. -----

----- Carla Gouveia – A senhora Deputada Carla Gouveia usou da palavra e referiu que já que foi aqui tão falado em eventos, atividades culturais e desportivas, campanhas do que se fez e não se fez, gostaria de saber quando é que o Município vai começar a tomar uma atitude mais pró-ativa em relação ao controlo desta pandemia. No dia de hoje o país registou quase vinte e sete mil casos diários de infetados e gostaria de saber quando é que o Município de Vagos toma uma atitude, como outros fizeram, de forma a criar um centro comunitário de testagem. Há várias entidades no Concelho de Vagos a fazer testagem de antigénios rápidos, ou outros consoante as necessidades, mas há

muita dificuldade de a comunidade fazer marcações e em chegar, em termos físicos, a esses sítios de testagem. Neste momento, estamos numa situação muito crítica desta pandemia. Está a ficar muito descontrolada e não há uma resposta por parte do Município de Vagos em auxiliar, apoiar e informar as pessoas obrigando-as a recorrer a outras entidades e muitas vezes com várias dificuldades, nomeadamente de deslocação a esses centros de testagem. A senhora Deputada deixou uma sugestão, sugerindo que o estacionamento do antigo Centro de saúde de Vagos ser um bom local para fazer, por exemplo, um *drive thru*, em conjugação com várias entidades, farmácias e laboratórios, e começar a testar a comunidade que necessita ou que queira. -----

----- Sidónio Sansana – O senhor Deputado Sidónio Sansana voltou a usar da palavra e referiu que, em relação à receção do e-mail, já confirmou com a pessoa que o poderia ter recebido, e a mesma afirmou que realmente não foi rececionado. Disse que não lhe custa admitir, já o fez anteriormente, que poderá haver um problema qualquer por parte da caixa de correio do CHEGA. No entanto, gostaria de deixar uma sugestão, isto é, como o senhor Sidónio é o único representante do partido na Assembleia, e é ele que tem de coordenar toda a atividade relacionada com a Assembleia, e como já tem um endereço de e-mail institucional, solicitava que todos os assuntos relacionados com a Assembleia Municipal fossem canalizados para esse endereço de e-mail. -----

----- Nuno Moura – O senhor Deputado Nuno Moura voltou a usar da palavra para dizer que, em relação à questão da testagem, dá a impressão que não estão todos a viver no mesmo sítio, e que se há um Município que tem estado preocupado com a pandemia é o de Vagos. Em relação à deslocação das pessoas, esse transporte tem estado a ser assegurado pela Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Vagos, de forma gratuita para os utentes, dentro daquilo que lhes é possível fazer e das limitações de transporte e número de pessoas que o necessitam. Disse não perceber muitas vezes qual é o objetivo destas intervenções, ou seja, se o senhor Presidente da Câmara tivesse colocado um centro de testagem no estacionamento que a senhora Deputada Carla Gouveia sugeriu, eventualmente hoje estaria a ouvir uma crítica, a questionar porque é que se colocou um centro de testagem ali tão próximo do Centro de Saúde e de algumas clínicas que ali laboram, e não se colocou noutras Freguesias. Quanto à troca de palavras entre o senhor Presidente da Câmara e o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Calvão, disse que gostava que definitivamente esta Assembleia Municipal fosse esclarecida do que realmente aconteceu, efetivamente quais foram os prazos e aquilo que deu origem a este atraso, e eventualmente tornar isso público, porque estas sessões são públicas. Caso contrário, andar-se-á aqui sempre num jogo de “pingue pongue” porque ora a culpa foi da Câmara Municipal ora foi da Junta de Freguesia. No seu entender seria útil para que definitivamente a Assembleia e os cidadãos de Vagos, nomeadamente os de Calvão, ficassem esclarecidos relativamente a esta questão. -----

----- Sérgio Martins – O senhor Deputado Sérgio Martins voltou a usar da palavra e solicitou ao senhor Presidente que esclarecesse melhor a quem pertence a responsabilidade dos projetos dos orçamentos participativos, nomeadamente o Flamingo, em Calvão. A determinada altura deixou de se perceber se a responsabilidade, neste momento, é do Município, se é das Juntas ou se é dos proponentes. -----

----- Presidente da Câmara Municipal – O senhor Presidente explicou que em relação ao projeto Flamingo verificou-se que o mesmo não funcionaria convenientemente se não tivesse um *upgrade*, e a Câmara Municipal preparou-se para o fazer, mas, entretanto, roubaram algum equipamento e ele tem que ser repostado. -----

----- Quanto à intervenção do senhor Sidónio Sansana o senhor Presidente disse que já lhe reencaminhou o e-mail que havia sido enviado a todos os partidos, enviado pelo chefe da Divisão Financeira, Dr. Nuno André. Disse que a Câmara Municipal passará a enviar os e-mail para o senhor Deputado, sem qualquer problema, mas avisa que já houve problemas nesta Assembleia Municipal, relacionados com o estatuto da oposição, por se ter enviado para os membros da Assembleia Municipal e não se ter enviado para as concelhias. Comentou que a questão é ridícula, e concorda com o senhor Deputado. Disse dar nota disso, porque já aconteceu anteriormente e por isso, numa próxima vez, dar-se-á conhecimento ao senhor Deputado e enviar-se-á para o e-mail da Concelhia do CHEGA também. Disse também que irá solicitar que façam chegar à Câmara Municipal o e-mail institucional da Concelhia do CHEGA para confirmar se está correto com o que tem. -----

----- Em relação às questões da senhora Deputada Carla Gouveia referiu que a senhora Deputada anda um pouco distraída. Disse que, em quase dois anos de combate à pandemia, Vagos sempre foi um dos melhores concelhos do distrito de Aveiro, e é um dos concelhos com menos mortos por número de habitantes; foi sempre dos que teve menos infetados; tem estado a promover a vacinação, nomeadamente assegurando o transporte, em conjunto como Bombeiros, das pessoas que não se conseguem deslocar; colocou funcionários a auxiliar os rastreios epidemiológico; colocou pessoal no Centro de Saúde a ajudar no processo de vacinação, etc. -----

----- Relativamente à intervenção do senhor Deputado Filipe Jorge, disse que referiu datas para tornar o assunto mais objetivo. Disse que no dia um de março a Câmara Municipal enviou para o senhor Deputado e para a Junta de Freguesia os protocolos de transferência de competências. No dia vinte e oito de maio a Câmara Municipal já tinha a informação de todas as Juntas que aceitaram a transferência de competências, exceto Calvão, e ainda enviou um e-mail à Junta de Calvão a perguntar se não queriam enviar os documentos. No dia vinte e nove de maio a Junta de Freguesia enviou a cópia da ata da Junta de Freguesia, e o ponto nem foi votado nessa reunião da Junta de Freguesia. Entretanto, houve troca de e-mails e a Junta de Freguesia enviou a ata da Assembleia de Freguesia, a ata número quatro da sessão número três da Assembleia de Freguesia de dois mil e dezoito. A Câmara Municipal tem duas cópias da ata da reunião, ou seja, uma trapalhada. Entretanto, o senhor Presidente da Junta afirmou que em novembro enviou os relatórios referentes aos anos de dois mil e dezoito, dois mil e dezanove e dois mil e vinte. A Câmara Municipal respondeu que havia repetição de despesas, havia registo de valores que eram correspondentes a competências próprias da Junta de Freguesia, despesas no cemitério, por exemplo, que não podiam estar no protocolo de transferência de competências, entre outros erros nos relatórios. Esses relatórios foram devolvidos, porque não podiam ser aceites. Havia até erros nos somatórios do excel. Disse que desafiava o senhor Presidente da Junta de Freguesia a vir a uma reunião de Câmara para poder verificar toda a documentação e poder rebater, porque na Assembleia Municipal há sempre a

limitação do tempo. Disse não perceber porque é que todas as Juntas e Assembleias de Freguesia fizeram o processo bem feito e a Freguesia de Calvão não cumpriu o seu papel. Salientou que não há nada contra a Freguesia de Calvão, porque a Câmara Municipal pagou à junta de Freguesia de Ouca, que também é do CDS-PP. A Freguesia de Calvão para tratar do processo administrativo demorou um ano e tal, e para tratar da parte contabilística demorou outro ano e tal. A Câmara Municipal paga, como pagou às outras. Houve o ano de dois mil e vinte que atrasou muito o pagamento, mas durante o ano de dois mil e vinte e um não houve grandes atrasos. Entende também que o senhor Presidente de Junta deverá reconhecer que se deixar acumular muita dívida torna-se mais difícil de pagar, e disse que desde final de junho deste ano que a responsabilidade é da Câmara, mas até junho deste ano a responsabilidade foi da Junta de Freguesia. Basicamente, disse, é esta a relação de “incumprimentos” que existe entre a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal. -----
----- De seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto um da ordem de trabalhos. -----

----- **F – Período da “ordem de trabalhos”:** -----
PONTO UM: APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A ATIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO, NOS TERMOS DA ALÍNEA C), DO Nº2, DO ARTIGO 25º, ANEXO I, DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO; -----

----- Presidente da Câmara Municipal - O senhor Presidente da Câmara Municipal prescindiu da leitura da informação, uma vez que o documento foi enviado antecipadamente a todos os membros. No entanto, deu mais uma informação, que não consta do documento, e disse que o Município de Vagos tem, neste momento, um centro de testagem a funcionar por marcação na Praia da Vagueira, no Posto de Turismo, numa colaboração com duas entidades do Concelho de Vagos. -----

----- Sérgio Martins – O senhor Deputado Sérgio Martins usou da palavra para salientar que nos últimos tempos tem-se ouvido muito dizer que os políticos se têm escondido por detrás da pandemia, ou seja, que a pandemia serve para esconder muita coisa. Em relação a este Executivo não tem ouvido isso e espera não vir a ouvir, porque ninguém quer andar com escusas e o que se quer é soluções para resolver os problemas dos munícipes. Nas áreas onde se insere com mais facilidade, cultura, desporto e educação, há um ano atrás também se esteve aqui a discutir que não seria correto indicar nomes, mas o Município de Vagos continua a apoiar, as crianças continuam a ser apoiadas através do apoio social, mas é preciso pedir um pouco mais. No ano passado, disse, já havia aqui deixado esse pedido e hoje volta a fazê-lo, é necessário um pouco mais. É importante que se continue a apoiar e a dar a quem precisa, sempre com muitos critérios de rigor e transparência. Também muito importante, até mais do que muitas vezes felicitar este ou aquele, é realçar o trabalho das associações e instituições que mesmo em tempos de pandemia, com o apoio da Câmara Municipal, é certo, não baixaram os braços na questão da pandemia. Destacou o trabalho da Banda Filarmónica, dos Coros, os Agrupamentos de Escuteiros e tantas outras pessoas deste Concelho que continuam a mostrar que afinal Vagos tem qualidade e tem gente que sabe estar ao lado dos outros. Este sim, é o verdadeiro espírito de resiliência que muitas vezes se gosta de utilizar, mas

parece que por vezes se usa de uma fora deslocada. Por último, referiu que o verdadeiro espírito de Natal aconteceu e Vagos não perdeu essa ocasião apesar de se ter de andar, às vezes, com a casa às costas. O Pai Natal foi visitar quem precisava, foi ter com as crianças, e é extraordinário perceber que é possível encontrar soluções diferentes que vão ao encontro das expectativas dos mais pequenos. O Pai Natal visitou ainda instituições e empresas. É muito bom sentir isto e, por isso, felicitou também o Museu do Brincar e os Bombeiros pela forma como ajudaram na colaboração deste projeto. Esta sim é uma resposta adequada aos tempos que se vivem e que faz todo o sentido.

----- Hugo Santos – O senhor Deputado Hugo Santos usou da palavra e referiu que há um despacho de trinta de novembro para uma Consulta Prévia para Beneficiação e Reparação de Arruamentos na Freguesia de Ouca. Naturalmente, não irá solicitar que digam quais são, mas gostaria de ter conhecimento de quais foram as necessidades elencadas para pode verificar se estão de acordo com as necessidades da Freguesia. -----

----- Sidónio Sansana – O senhor Deputado Sidónio Sansana usou da palavra e, referindo-se ao anexo IV, que fala do Planeamento e Obras Públicas, chamou à atenção para a situação financeira, essencialmente porque fazem-se obras desde que haja a necessária comparticipação financeira, mesmo que muitas das vezes estas obras possam ser de utilidade duvidosa ou de exequibilidade técnica difícil. As culpas têm de ser divididas pelo Executivo Municipal, pelo Governo Central e também pela União Europeia, que acha que Portugal já é rico e que está numa fase de investir em coisas, porventura fúteis, quando estas entidades ignoram que, nesta altura, no Concelho de Vagos ainda não há uma rede de transportes públicos minimamente eficiente ou que não tem saneamento básico ao dispor de toda a população, por exemplo. Como não há comparticipação para estes investimentos que são estruturantes vai-se continuar a avançar com obras que tenham uma comparticipação. O problema aqui é que a comparticipação é parcial e frequentemente cerca de metade aproximadamente do total do investimento, o restante terá de ser suportado por empréstimos que pressionam a situação financeira do Município e é aqui que entra a questão da sustentabilidade da dívida. -----

----- Juan Carlos Martins – O senhor Deputado Juan Carlos Martins usou da palavra e referiu que não entendeu muito bem esta intervenção do senhor Deputado do CHEGA e a referência a estas obras de questão duvidosa e considera de mau tom este tipo de intervenção. No entanto, referiu, a responsabilidade é de quem o diz. Disse que todas as questões dos investimentos têm uma comparticipação da Câmara. São opções dos Executivos, e ainda bem. Fez uma observação em relação à informação financeira do Município, dizendo que na informação do Presidente verificou que felizmente as execuções orçamentais estão acima dos 80%, bem acima do que tem havido há alguns anos, e ainda, em resposta ao senhor Deputado Sidónio Sansana, disse que havia um compromisso do Executivo do PSD de redução da dívida desde que entrou e essa palavra dada foi palavra cumprida. Existe uma redução da dívida constante que é apresentada aqui, neste momento, a esta data, a mais baixa das que já aqui foram apresentadas. A dívida é de onze milhões trezentos e oitenta e oito e, há oito/nove anos, era de cerca de vinte milhões de euros. Finalizou dizendo que não se deixou de fazer obra e há uma redução da dívida constante. -----

----- Alexandre Marques – O senhor Deputado Alexandre Marques usou da palavra e referiu que na última sessão da Assembleia Municipal fez uma questão ao senhor Presidente da Câmara, que não respondeu porque já tinha sido esgotado o tempo de resposta. Hoje, traz novamente essa questão. A questão prende-se com a lei que trata do financiamento das Autarquias, Lei 75/2013, que estipula um teto de 20% na margem orçamental sobre a capacidade de endividamento do Município. Esta lei foi suspensa para dar novas ferramentas aos Municípios no que diz respeito ao combate à pandemia, essencialmente, e abriu portas para novos investimentos, como se sabe. Também se sabe que quem quer que seja o próximo Governo terá todo o interesse em levantar novamente esta lei, até por questões de redução de défice. No caso disto acontecer qual será a estratégia do Executivo, ou qual é a estratégia que o senhor Presidente da Câmara tem em mente, para combater o flagelo que será para as contas do Município. Em relação à intervenção do senhor Deputado Juan Carlos Martins, que falou da dívida de há vinte anos atrás, também ficou um pouco desagradado, mas não vai dar azos sobre esta temática. No final deste mandato serão vinte e quatro anos e depois aí far-se-á um balanço. -----

----- O Presidente da Câmara Municipal – O senhor Presidente usou da palavra para responder às questões colocadas pelos membros da Assembleia Municipal. -----

----- Em relação às questões da cultura e da Natál(i)a, disse, é caso para dizer “quem não tem cão caça com gato”, ou seja, teve de haver um ajuste das atividades à realidade em que se vive. Como não pode haver Natál(i)a, o Pai Natal foi às escolas. A este propósito teceu um agradecimento aos Bombeiros Voluntários de Vagos por se terem mostrado sempre presentes e disponíveis. Disse que o facto de ter havido uma participação dos Bombeiros causou alguma polémica, mas, como é óbvio, esta participação dos Bombeiros não colocou em causa a prestação de assistência à população em geral ou a alguns casos em concreto. Os Bombeiros colaboram sempre com o Município e têm sido extraordinários. -----

----- Em relação à questão do senhor Deputado Hugo Santos, esclareceu que a Junta de Freguesia tem competências na sua área de território, mas a Câmara Municipal também tem superiormente as suas competências, sobre a sua área de território. Como tem sido hábito desta câmara Municipal nunca foi feita nenhuma intervenção numa Junta de Freguesia sem que não seja comunicado ao seu Presidente. Já houve tempos em que não foi assim, mas este Executivo não o fará nem utilizará esses maus exemplos como desculpa. No caso em concreto, disse tratar-se de um problema há muito levantado pelo senhor Presidente de Junta de Freguesia, ou seja, a reparação da rua entre São Romão e Ouca, que se encontra em más condições. A Câmara Municipal decidiu proceder à beneficiação desse troço e candidatá-lo aos apoios associados à tempestade onde foi reportado o caso. Quando o processo estiver concluído o senhor Presidente da Junta de Freguesia será informado, tal como o senhor Presidente de Junta de Santo André, uma vez que a obra abrange território das duas Freguesias. -----

----- Quanto à questão do senhor Sidónio Sansana, e em relação às participações comunitárias, a Câmara Municipal não as consegue gerir, mas tem de gerir aquilo que são as prioridades do Município, tendo em conta as gavetas de financiamento como referiu, e muito bem. O Executivo

procura sempre ser efetivo no investimento e que este vá ao encontro daquilo que são as necessidades do Município e as expetativas dos vaguenses. Não se fazem investimentos só por fazer, e terá sido a isto que o senhor Deputado se referiu. O Município aproveita e tem uma estratégia para as ciclovias, pois conseguiu uma comparticipação muito substancial para a construção das ciclovias. A Câmara municipal está a incluir a obra da ciclovia na requalificação da zona industrial e na recuperação da obra na rua da Fonte, ou seja, não está a deixar de fazer nada que é essencial. Está a procurar juntar aqui as componentes todas, sendo certo que só irá buscar financiamento para as ciclovias e não vai buscar para a estrada nem para a zona industrial. No que diz respeito ao saneamento e ao abastecimento de água na rua da Fonte, a intervenção será por conta da AdRA como é sua obrigação. Em relação à situação financeira do Município, não haverá nenhuma “tragédia” nas contas do Município. O Município aproveitou nos anos de dois mil e vinte e dois mil e vinte e um a exceção que foi levantada pelo Governo para repor o endividamento nas Câmaras Municipais nos 100% de acordo com a Lei das Finanças Locais, facto que entende ser justo. Neste momento, o Município de Vagos tem uma capacidade de endividamento que está na ordem dos seis a sete milhões de euros. Entretanto, a mesma tem vindo a ser reforçada, porque tem-se vindo a reduzir a dívida. Se for comparada a informação do dia trinta e um de dezembro de dois mil e vinte e um com a de dezassete de dezembro de dois mil e vinte e um, a dívida reduziu em cerca de um milhão e oitocentos mil euros, o que é curioso, porque os senhores membros desta Assembleia Municipal, na última sessão legislativa da Assembleia Municipal, estavam preocupados com muitas obras e com muito endividamento e afinal vai haver uma redução significativa da dívida da Câmara Municipal. A Câmara Municipal tem uma execução que este ano baterá todos os recordes. Chegará muito próximo dos vinte milhões de euros de execução do orçamento, que é um valor histórico. O máximo que se conseguiu foi em dois mil e treze quando executou o PAEL, que chegou aos dezanove milhões e seiscentos mil de euros e, neste momento, está prestes a ultrapassar este valor até ao final do ano. É verdade que também está aqui cerca de um milhão de euros a mais da transferência de competências que o Município já aceitou, mas não há nenhum empréstimo, enquanto que, por exemplo, no ano de dois mil e treze, o ano em que teve o PAEL, foram quase três milhões de euros que vieram. A situação financeira do Município, neste momento, não sendo extraordinária, é bastante estável, como se irá verificar na análise do orçamento, e a dívida tem vindo a diminuir de forma sustentada, e isso também é importante para a boa gestão porque o serviço da dívida diminuiu de forma substancial e isso é sinal que fica mais dinheiro para futuros investimentos. Entre dois mil e treze e dois mil e vinte e um, o Município de Vagos, para além da redução da dívida, investiu em obras mais de vinte e dois milhões de euros. -----

----- Juan Carlos Martins – O senhor Deputado Juan Carlos Martins voltou a usar da palavra para fazer um esclarecimento e referiu que “*deve haver um problema técnico ou de ouvidos com o senhor Deputado Alexandre Marques, com todo o respeito, claro, porque eu não falei de vinte anos e não falei no CDS. Portanto, já que o lembrou, e lembrou toda a gente, também é verdade. Eu falei que se lembrarmos há dez anos atrás, não sei onde ele foi buscar os vinte, a dívida era de cerca de vinte*

milhões de euros. Portanto, foi isto que eu disse e já agora agradecer ao CDS, por relembrar esta situação de há vinte anos atrás”. -----

----- Alexandre Marques – O senhor Deputado Alexandre Marques voltou a usar da palavra e referiu que de facto entendeu vinte anos, “*mas se estou enganado peço desculpas, temos esse hábito de humildemente assumirmos os nossos erros, e, portanto, peço desculpa. Às vezes, ao contrário daquilo que acontece noutros lados, da minha parte peço desculpa ao Deputado Juan Martins, obviamente.*” Em relação ao que o senhor Presidente da Câmara disse espera-se que isso aconteça, fala em execuções históricas, e o CDS espera que de facto isso venha a acontecer, porque o interesse não é o resultado eleitoral e sim os resultados que se trazem para o Município. Entretanto, aguarda-se ansiosamente pelo fim de dois mil e vinte e dois para depois se fazer o balanço que se vai falar a seguir e de como estará esta situação. -----

----- Presidente da Câmara Municipal – O senhor Presidente voltou a usar da palavra e referiu que não foi feita nenhuma questão, mas aproveita para reforçar o que já havia dito sobre a situação financeira do Município e depois haverá a oportunidade de se analisar a prestação de contas de dois mil e vinte e dois, mas antes ainda terá de se analisar a prestação de contas de dois mil e vinte e um e aí discutir estas questões. Disse que por ter acesso a essa informação privilegiada já podia aqui transmitir aos membros desta Assembleia, mas não o faria porque essa discussão será feita a preceito no dia em que se discutir a prestação de contas. -----

----- Alexandre Marques – O senhor Deputado Alexandre Marques voltou a usar da palavra para relembrar uns dados que tinha registado e que há pouco se esqueceu de enunciar. Em relação à redução da dívida, que o senhor Presidente fez questão de realçar, em dois mil e dezoito, segundo números oficiais, a dívida era de doze milhões, cento e quinze mil, seiscentos e dezoito; em dois mil e dezanove, treze milhões, duzentos e sessenta e nove mil, quatrocentos e setenta; e, em dois mil e vinte, treze milhões, sessenta e quatro mil, setecentos e vinte e dois. A evolução é uma tendência a crescer e não a diminuir, mas efetivamente houve redução da dívida este ano e isso é muito bom. Quando se vier analisar a prestação de contas de dois mil e vinte e um cá se estará para confirmar as perspetivas dos vários partidos com assento nesta Assembleia Municipal. -----

----- Nuno Moura – O senhor Deputado Nuno Moura usou da palavra e referiu que talvez nem todos têm acesso à mesma informação. Provavelmente a documentação que o CDS recebe, disse, é diferente da que recebem os outros elementos, ou então a interpretação que depois é feita é de acordo com a vontade política daquilo que se quer fazer transparecer e não daquilo que é a realidade. Fez referência aos valores da dívida dos últimos anos, e concluiu dizendo que quando se diz que há uma tendência crescente ou não se sabe ou fala-se de cor. No entanto, convém não esquecer que ao longo destes anos o Município de Vagos tem feito obra, tem recorrido a créditos para poder fazer obra e houve, entretanto, a questão do PAEL, mas Vagos é um dos Municípios que já não está dependente desse plano. É salutar que se transmita para os membros da Assembleia Municipal que estão mais desatentos que tem sido feita uma coisa que nem sempre é fácil, ou seja, fazer obra e diminuir a dívida. E essa questão é que é difícil de aceitar e admite que o senhor Deputado Alexandre Marques se sinta desconfortável com isso, mas o PSD tem conseguido fazer isso. -----

----- Presidente da Câmara Municipal – O senhor Presidente da Câmara voltou a usar da palavra e esclareceu que de facto em dois mil e dezanove e dois mil e vinte a dívida aumentou, mas teve um motivo. O senhor Deputado Alexandre Marques não estava na Assembleia Municipal na altura, pelo que é natural que não saiba. A Assembleia Municipal na altura foi avisada, ou seja, quando foi feito o investimento na estrada Rines-Sanchequias foi-se buscar cerca de três milhões de euros de empréstimo e obviamente isso faria aumentar a dívida nos anos de dois mil e dezanove e dois mil e vinte. Aquilo que aqui é mais importante é perceber que em dezassete de dezembro de dois mil e vinte e um há uma diminuição, relativamente àquilo que são os números de dois mil e vinte, de cerca de dois milhões e meio de euros a menos daquilo que era os números no final do ano passado. Mas haverá oportunidade de discutir este assunto aquando da apresentação da prestação de contas de dois mil e vinte e um. -----

----- De seguida o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto dois da ordem de trabalhos. -----

----- **PONTO DOIS: CONSTRUÇÃO DE ROTUNDA NA EN 109 EM VAGOS – AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL DE PARCELA DE TERRENO;** -----

----- Sobre este assunto se refere a deliberação da Câmara Municipal, de 16/12/2021, a qual, para efeitos do disposto na alínea q), do n.º 1, do artigo 25.º e alínea c), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de abril, propõe à Assembleia Municipal a afetação ao domínio público municipal da parcela de terreno, com a área de 125 m2, sita na União de Freguesias de Vagos e Santo António, inscrita na matriz sob o artigo rústico 797, e descrito na Conservatória de Registo Predial de Vagos sob o número 4542, para efeitos de construção de uma rotunda na EN 109. -----

----- Presidente da Câmara - O senhor Presidente da Câmara fez uma breve apresentação, de acordo com informação previamente enviada a todos os membros da Assembleia Municipal, e no final disponibilizou-se para esclarecimentos adicionais. -----

----- Nuno Moura – O senhor Deputado Nuno Moura usou da palavra e referiu que na informação que receberam perceberam que a Câmara Municipal adquiriu uma parcela de terreno e há um croqui que mostra o espaço e a pergunta que quer fazer é qual o montante que se irá gastar nesta obra. –

----- Óscar Lopes Francisco – O senhor Deputado Óscar Francisco usou da palavra e referiu que o grupo municipal do CDS vai votar favoravelmente, uma vez que esta obra faz falta e só peca por tardia. -----

----- Sidónia Sansana – O senhor Deputado Sidónio Sansana usou da palavra e referiu que esta é uma daquelas obras bastante útil, mas aquilo que transparece das palavras do senhor Presidente da Câmara, e que vem de acordo com a informação que já tinha antes, é que se está dependente de uma decisão do IP. A julgar pelos antecedentes a impressão que passa é que isto será uma obra, que por causa dessa decisão do IP, vai demorar a avançar. -----

----- Presidente da Câmara Municipal – O senhor Presidente usou da palavra e disse que quanto à necessidade da obra estão todos de acordo. Em relação ao tempo que demorou a avançar com a obra foi o possível. Por vontade da Câmara Municipal e do Lidl a rotunda já estava construída desde a mesma altura em foram feitas as obras do novo espaço comercial do Lidl. Aliás, foi um grande

transtorno para o Lidl não poder fazer a obra na mesma altura. Enquanto o Município não tiver a competência da gestão da EN 109 estas situações acontecerão sempre, e acontecerá sempre nestas circunstâncias e em outras até igualmente graves, como por exemplo o investimento de um particular que precise requerer autorização do IP demora sempre muito tempo. Não quer dizer que no IP não haja pessoas competentes. A dinâmica da organização é que é muito difícil e causa imensos transtornos ao Município. Por isso, tem insistido tanto na descentralização de competências da EN 109. Quanto ao custo, esta é uma daquelas obras boas. Primeiro, cumpre uma questão que todos estão de acordo, que é o facto de ser uma obra necessária, e ainda por cima é quase de borla. O Município apenas adquiriu o terreno necessário. O valor de aquisição do terreno estará entre os dez e os quinze mil euros. Havia algumas parcelas de terrenos que já tinham sido adquiridas em circunstâncias anteriores, mas estamos a falar num valor no máximo até vinte mil euros para uma rotunda que tem uma estimativa de custos de cerca de duzentos e cinquenta mil euros por parte do Lidl. -----

----- Carla Gouveia – A senhora Deputada Carla Gouveia usou da palavra e referiu que o Partido Socialista acompanhou, desde o início, a obra do Lidl e informou que já tinha conhecimento da construção desta rotunda e da intenção do Lidl, uma empresa privada, neste investimento. A rotunda é um investimento privado, não a compra da parcela do terreno. Entretanto, a senhora Deputada falou na rotunda no Centro da Vila, já que é para resolver a questão do trânsito na Vila, que é impossível, pois não existe nenhuma variante para tirar o trânsito do Centro da Vila. -----

----- Presidente da Câmara Municipal – O senhor Presidente da Câmara usou da palavra e referiu que o que está aqui a votar é a integração de domínio público municipal destes m2 que a Câmara Municipal adquiriu. Este investimento será feito sem custos para a Câmara Municipal, exceto o custo de aquisição destas parcelas de terreno. -----

----- **DELIBERAÇÃO** - A Assembleia Municipal deliberou, **por unanimidade**, e para efeitos do disposto na alínea q), do n.º 1, do artigo 25.º e alínea c), do n.º 1, do artigo 33.º, do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de abril, afetar ao domínio público municipal a referida parcela de terreno, com a área de 125 m2, sita na União de Freguesias de Vagos e Santo António, inscrita na matriz sob o artigo rústico 797, e descrito na Conservatória de Registo Predial de Vagos sob o número 4542, para efeitos de construção de uma rotunda na EN 109. -----

----- De seguida, o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto três da ordem de trabalhos. -----

----- **PONTO TRÊS: CONTRAÇÃO DE EMPRÉSTIMO BANCÁRIO DE CURTO PRAZO O ANO DE 2022;** -----

----- Sobre o assunto se refere a deliberação da Câmara Municipal, de 16/12/2021, em que solicita autorização da Assembleia Municipal para a contratação de um empréstimo de curto prazo, no ano de 2022, até ao montante de € 600.000,00 (seiscentos mil euros), conforme Minuta de Contrato de Crédito que foi presente na reunião. -----

----- Presidente da Câmara - O senhor Presidente da Câmara fez uma breve apresentação, de acordo com informação previamente enviada a todos os membros da Assembleia Municipal, e no final disponibilizou-se para esclarecimentos adicionais. -----

----- Alexandre Marques – O senhor Deputado Alexandre Marques usou da palavra e informou de que o CDS vai abster-se neste ponto. O grupo municipal do CDS considera que isto é uma questão de decisão e escolha política e já referiu por diversas vezes que se estivesse no lugar do PSD na Câmara Municipal tentava evitar e seguia por outro caminho. No entanto, isto trata-se de uma questão política e por isso irão optar pela abstenção. Em jeito de resposta aquilo que foi dito pelo senhor Deputado Nuno Moura no ponto anterior fez uma ressalva, ou seja, fez apenas um registo dos dados que lhe chegaram em relação à evolução da dívida, números esses que pouco diferenciavam dos números que apresentou e viu com muito desagrado a sua intervenção. Os números que o senhor Deputado Alexandre Marques apresentou são os números oficiais apresentados pela prestação de contas da Câmara Municipal de Vagos. Portanto, disse, não faz qualquer sentido o senhor deputado Nuno Moura tê-lo desmentido da forma como o fez e falando diretamente para ele, e não para o PSD, e para que as pessoas percebam que a questão da semântica funciona só quando lhe convém, foi o mesmo quando, num debate no programa “Desacordo”, disse que este empréstimo não entra efetivamente para a conta global. Todos sabem que o empréstimo a partir do momento em que é pago dentro do período económico que não entra para o fator da dívida global, mas não deixa de ser um custo, não deixa de ser dívida. A questão da semântica coloca-se, não pode é ser só da forma que convém a cada um. Os membros desta Assembleia Municipal devem ser tanto mais frontais quanto possível, e defenderem os seus pontos de vista, mas não devem estar aqui a distorcer aquilo que os outros dizem. -----

----- Nuno Moura – O senhor Deputado Nuno Moura usou da palavra e referiu que, e de acordo com o Regimento, já não é a primeira vez que nestas Assembleias Municipais é falado num programa de rádio que efetivamente o senhor Deputado participa, assim como o senhor Deputado Alexandre Marques, e entende que essa é vida cívica de cada um e que nada tem a ver com este Órgão. Assim sendo, não deve aqui ser referido, independentemente do senhor Deputado assumir tudo aquilo que diz nesse programa, pois não tem qualquer cabimento. Em segundo lugar, em momento algum da anterior intervenção disse que era mentira ou que os números não estavam corretos. Aquilo que disse foi que a conclusão que o senhor Alexandre Marques tirou dos números que deu foi que não havia redução de dívida. O que eu disse foi que li os números todos e no final verifiquei que havia redução de dívida, porque o endividamento em dois mil e vinte um é inferior ao anterior e, portanto, há uma redução de dívida com obra feita. Em relação á questão da semântica, ou não, às vezes chamam semântica àquilo que querem transparecer de esperteza e isso não fica bem e o senhor Deputado também não gosta desse tipo de intervenção. Relativamente à contratação deste empréstimo gostava que o senhor Presidente da Câmara confirmasse, em primeiro lugar, para se perceber que não se trata de uma questão de semântica, que é a própria legislação contabilística do Município que prevê que uma contratação de empréstimo que é pago no mesmo ano económico não entra naquilo a que se chama a dívida do Município. Não é uma questão de semântica, é uma

questão de regra, e a legislação prevê. Portanto, o CDS se alguma vez for Governo, tem de alterar a lei que a prevê. Em segundo lugar, a contratação deste empréstimo serve para que a Câmara Municipal possa fazer face a uma eventual falha de capital para corresponder àquilo que são as suas necessidades momentâneas, à semelhança daquilo que fazem a maior parte dos Municípios em Portugal. Julga ser este o objetivo da contratação deste empréstimo para que a Câmara Municipal possa corresponder com as suas obrigações num menor curto espaço de tempo. Obviamente, o grupo municipal do PSD votará a favor, e esta é a diferença para aquilo que é a visibilidade que o grupo municipal do CDS tem destes assuntos e da forma como funciona a gestão financeira de uma Câmara Municipal, porque isto não é uma opção política e sim uma opção de gestão financeira. ----

----- Presidente da Câmara Municipal – O senhor Presidente da Câmara Municipal usou da palavra para dizer que de facto isto não tem nada de político. É um ato de gestão. No fundo é utilizar seiscentos mil euros durante um ano, que terá um custo de quatrocentos e vinte euros. Não há aqui nada de político, até porque o ato político significaria que este valor entraria para a dívida, e não entra, nem nunca entrou. Não faz parte de nenhuma dívida. É um montante que no fundo é como se fosse uma conta corrente de uma empresa privada. Este empréstimo tem um *spread* de 0,07 e isso acaba por demonstrar bem a capacidade que hoje tem o Município, pelas boas contas que tem, por ser um Município que confere confiança ao setor bancário. Esta é uma excelente opção de gestão e seria ridículo de todo que a Assembleia Municipal e a Câmara Municipal não aproveitassem esta ocasião. -----

----- Sidónio Sansana – O senhor Deputado Sidónio Sansana usou da palavra e referiu que este é um empréstimo em termos contabilístico, pode não ir para o tal valor administrativo da dívida, mas terá alguns custos, embora baixos. O Executivo Camarário guia-se um pouco por esta questão administrativa da dívida, que pode ser de dezoito milhões de euros. Ao senhor Deputado preocupa-o um pouco a outra parte da questão, ou seja, em relação a este empréstimo, e aos outros empréstimos que falou há pouco sobre obras participadas, porque realmente neste momento o juro está muito baixo. Não será tanto uma questão de confiança nas contas como domínio, será mais uma questão de a economia estar deprimida, e da pandemia ter contribuído para isso. É um dos poucos efeitos positivos da economia, isto é, os juros estarem historicamente baixos. No entanto, há sinais na economia real em termos dos preços da maior parte das matérias primas, e da inflação que vem atrás disso. A inflação vai subir bastante e com a inflação vem a subida dos juros. Quando os juros voltarem aos valores normais os setenta ou oitenta mil euros que a Câmara Municipal paga, neste momento, anualmente de juros chegam facilmente a trezentos/quatrocentos mil euros. E depois quando isto acontecer? Perguntou. Talvez não demore muito até acontecer e a situação financeira do Município desequilibra-se e vai ser muito difícil tapar este acréscimo de despesa de trezentos/quatrocentos mil euros. Quando isto acontecer não chegam seiscentos mil euros para fazer face à tesouraria, vão ser precisos valores maiores e a dívida vai por aí a cima. -----

----- Juan Carlos Martins – O senhor Deputado Juan Carlos Martins usou da palavra e solicitou a todos que se faça respeitar o Regimento. Os membros estão no final de um dia de trabalho, extremamente cansados, discutiu-se o Regimento, e perdeu-se tempo a discutir o documento antes

de ser aprovado, nomeadamente a questão dos tempos, e se é para prolongar assuntos de ponto para ponto, o senhor Deputado não pode aceitar que utilizem o tempo que têm em determinado ponto para dizer outras coisas que nada têm a ver com o assunto. O senhor Deputado não aceita esta postura, considera uma falta de respeito a todos os membros aqui presentes, inclusive para quem tem este tipo de atitudes. Quanto ao ponto em si, isto não é uma questão de semântica nem política, como já referiu o senhor Presidente, isto é uma ferramenta de gestão que é utilizada na maior parte das empresas, as chamadas contas caucionadas, quando a tesouraria precisa de fugir a contas negativas. Este é um ato de gestão, e não um ato político, é um empréstimo contraído para auxiliar a tesouraria e no final do ano está a zero. O senhor Deputado até aceita quando há pessoas que dizem que não havia necessidade de fazer este empréstimo, mas um ato de gestão assegura sempre o bom funcionamento das coisas. -----

----- Presidente da Assembleia Municipal – O senhor Presidente da Assembleia Municipal, no seguimento da intervenção do senhor Deputado Juan Carlos Martins sobre o Regimento, recomendou a todos os membros desta Assembleia Municipal que leiam o artigo 31º do Regimento, que corresponde ao uso da palavra. Disse que a Mesa tem tido alguma tolerância porque considera que permitir o debate político é salutar e bom, mas quando se foge muito do tema que está em discussão, para que a exceção não seja regra, é obrigado a chamar à atenção. Este é um trabalho e uma responsabilidade de todos, porque não lhe dá nenhum prazer cortar a palavra e tirar a palavra a qualquer um dos membros da Assembleia Municipal, e, por isso apela ao bom senso de todos. Por fim, disse à senhora Deputada Carla Gouveia que, se assim o entendesse, neste ponto da ordem de trabalhos, poderia aproveitar para repetir a intervenção que fez no ponto da ordem de trabalhos anterior, em virtude de ter havido uma falha técnica e aquilo que disse não foi ouvido nem gravado.

----- Carla Gouveia – A senhora Deputada Carla Gouveia usou da palavra e, relativamente a este ponto, disse estar a gostar bastante desta pequena formação que está a acontecer, que o PSD está a orientar, sobre contabilidade e contas públicas, quando remete esta questão para um apoio de tesouraria. É uma forma de gestão, mas que tira da carteira quinhentos euros por mês em pagamento de dívida. Não entra para a dívida, é certo, mas todos os anos, e já há demasiados anos, são empréstimos atrás de empréstimos, e por mais pequeno que seja o empréstimo é má prática de gestão contabilística de uma Câmara Municipal, que tem uma dívida global de mais de dez milhões de euros. Há outras formas, e para quem sabe tão bem de contas públicas e que estão a querer passar uma carta de ignorantes, e não é só assim que as coisas se podem fazer. De ano para ano o Município está a contrair um empréstimo para pagamento de tesouraria e está a pagar quinhentos euros de juros mensalmente para qualquer problema de tesouraria que possa surgir. Então, mas não havia muita obra feita, não estavam a reduzir a dívida, não foi feita tanta propaganda, que possa evitar este tipo de práticas? Perguntou. -----

----- Alexandre Marques – O senhor Deputado Alexandre Marques voltou a usar da palavra e em relação a este ponto quis deixar o seu apoio e concordância com a intervenção do senhor Deputado Sidónio Sansana. Disse que *“posso ser um jovem, mas não admite isto a ninguém, querem ficar a falar sozinhos, fiquem a falar sozinhos. Acho engraçado que o Deputado Juan Martins tenha vindo*

fazer a intervenção que fez agora e não o tenha feito logo no início quando vários dos seus colegas desde logo antes da ordem do dia vinham a desrespeitar o Regimento. No fim deste ponto eu vou-me ausentar da reunião e para a próxima quando o Dr. Juan Martins quiser fazer uma intervenção deste género, e dirigir-se diretamente a mim, eu convido-o a ligar-me e a falar comigo e não fazer este espetáculo aqui. Peço imensas desculpas a todos os presentes, no fim do ponto ausento-me e o senhor Deputado Juan Martins que tente, depois, disciplinar também os seus.”-----

----- Presidente da Assembleia Municipal – O senhor Presidente da Assembleia Municipal disse que este tipo de intervenções não é interessante para os vaguenses, e considera que todos têm a obrigação de ter aqui as melhores práticas. Disse que não tem de estar constantemente a chamar à atenção, porque isso não dignifica os trabalhos. Continuando, disse que tem gerido os trabalhos de forma isenta, com tratamento equitativo, para com todos os grupos municipais e para com todos os senhores Deputados. Pediu que se respeitassem e ajudassem a Mesa a gerir bem os trabalhos, para não obrigarem a Mesa a ter um posicionamento e uma mão mais dura, que não dignifica nada nem ninguém. Disse que este tipo de jogo de “ping pong, acusa para cá acusa para lá” não interessa às pessoas e não é essa a forma correta de estar e participar na Assembleia Municipal. Por último, pediu que se respeitassem e que respeitassem a diferença de opiniões uns dos outros, uma vez que todos foram eleitos com convicções e com projetos políticos diferentes, e todos têm o direito de ter opiniões diferentes, uns dos outros. -----

----- Presidente da Câmara Municipal – O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para prestar alguns esclarecimentos e referiu que não pretende dar lições de gestão pública a ninguém. A única lição que pretende dar é que tudo corra bem, e se as coisas correrem bem ao Executivo correm bem ao Município. Quem normalmente dá lições nestas reuniões é o Partido Socialista, desvalorizando as intervenções de todos, inutilizando os documentos que aqui são apresentados. Disse que a senhora Deputada Carla Gouveia terá de ler melhor os documentos, em virtude de não ser quinhentos euros por mês. Esta operação custará quatrocentos e vinte euros num ano ao Município, que utiliza durante esse ano seiscentos mil euros. Se isto não é uma boa opção de gestão, então não sabe o que é uma boa opção de gestão. De facto, como o senhor Deputado Juan Martins referiu, e bem, já houve outros momentos em que o Município teve necessidade de recorrer a este tipo de empréstimo. Por exemplo, se verificarem os documentos relativos à informação financeira podem ver que existia uma dívida, a fornecedores de conta corrente e de fornecedores de imobilizado, no seu total, de dois milhões de euros superior àquela que existe hoje. Este empréstimo serviria para fazer face a essa despesa que no ano passado era mais necessário do que é este ano. Contudo, aquilo que referem como opção de gestão é dar a possibilidade de utilizar seiscentos mil euros por quatrocentos e vinte euros por ano. Os vaguenses lá em casa irão, de certeza, entender muito bem esta explicação e não entenderão muito bem a da senhora Deputada Carla Gouveia, porque não é exatamente assim como disse. -----

----- Em relação às questões do senhor Deputado Sidónio Sansana, estas já são questões mais políticas. Aquilo que diz relativamente a este empréstimo em particular é inócuo. Deduz-se, portanto, que votará favoravelmente, porque o crescimento das taxas de juro não terá o efeito pernicioso sobre

este empréstimo em concreto. Poderá ter sobre outros, sobre este não. Em relação aos empréstimos de médio e longo prazo, que foi ao que o senhor Deputado se referiu concretamente quando fala da possibilidade do aumento das taxas de juro, que é possibilidade real, a relação não será passar de setenta para trezentos mil euros do custo da dívida, mas haverá um aumento, e, quanto a isso, não há dúvidas. Se esse aumento não acontecer nos próximos dois anos acontecerá daqui por três ou quatro anos. Se a opção é fazer investimento, e se há a possibilidade de recorrer a fundos comunitários e obter financiamentos sem custo, que pode ser complementado com empréstimos, como a obra do Palacete, por exemplo (e hoje chegou o visto do Tribunal de Contas, que permitirá iniciar a obra para o ano) então, o Município vai buscar cerca de um milhão e oitocentos mil euros de fundos comunitários e vai buscar o restante a um empréstimo, em que parte dele não tem uma taxa de juros associada. Deste modo é possível fazer um investimento que custa quatro milhões de euros, porque de outra forma não haveria hipótese. Por outro lado, ainda há outro tipo de investimentos que são feitos e que têm um efeito reprodutivo no futuro. Com efeito, existem várias empresas que têm benefícios fiscais até ao ano de dois mil e vinte e quatro, e, a partir daqui, passarão a pagar impostos, IMI e Derrama. Caso se repare nas execuções, hoje, nos orçamentos que estão para trás, verifica-se uma evolução muito positiva do IMT, da Derrama e do IMI, que são as receitas próprias que do Município. A Câmara Municipal tem de criar dinâmicas de investimento para poder obter receitas, para que estas possam servir para pagar as despesas e os investimentos no futuro. Se este investimento não for feito agora não haverá mais hipóteses de o fazer, e Vagos perderá uma oportunidade como, aliás, perdeu outras no passado, quando a preocupação maior foi a discussão dos problemas políticos, e não discutir a estratégia de investimento do Concelho. E é isso que o Executivo Municipal tem procurado fazer nos últimos vinte anos em que o PSD tem estado a liderar os destinos da Câmara Municipal, principalmente nos últimos oito anos. A grande preocupação tem sido discutir a estratégia, também se preocupando com os buracos na estrada ou com o saneamento. A grande preocupação é criar riqueza no Município e é isso que tem vindo a ser feito, e, segundo os números, tem sido feito com relativo sucesso. Isso é importante para o Executivo, mas sobretudo para os vaguenses. -----

----- Juan Carlos Martins – O senhor Deputado Juan Carlos Martins voltou a usar da palavra para defesa da honra, *“Foi posta aqui em causa a minha coerência e o meu caráter, e isso é que não admito mesmo. Portanto, o Deputado Alexandre, aquilo que fiz aqui referência, e pedi ao senhor Presidente, foi que respeitassem o Regimento, educadamente. Tenho alguns anos disto, que não me dão vantagem nenhuma sobre ninguém, nem a idade do senhor Deputado Alexandre é um problema nem uma vantagem. Nem a minha é um problema nem nenhuma vantagem. Eu não sei porque é que disse que não admitia que eu tive uma atitude diferente do princípio para agora, o que não é verdade. Aquilo que eu estou a dizer é que não se arrastam assuntos estrategicamente ou abusivamente. Portanto, não sei se foi propositado ou não. Eu chamei à atenção do senhor Presidente da Mesa, e o senhor Presidente, bem, é que gere os trabalhos. Eu chamei à atenção do senhor Presidente e se ofendi alguém peço desculpa. Agora, eu não posso pôr, nem deixar que se ponha em causa o meu caráter e a minha coerência. Portanto, senhor Presidente foi esta a minha*

intervenção, que eu pedi para fazer, e, agora sim, em defesa da honra, porque estão a pôr em causa situações minhas, pessoais.” -----

----- **DELIBERAÇÃO** - A Assembleia Municipal deliberou, **por maioria**, com a abstenção do deputado do grupo municipal do Chega, do grupo municipal do CDS, e do grupo municipal do PS, dar a necessária autorização à Câmara Municipal para proceder à contratação de um empréstimo de curto prazo, no ano de 2022, até ao montante de € 600.000,00 (seiscentos mil euros), nos termos que foram propostos. O senhor Deputado Xavier Prior Neto não participou na votação deste ponto da ordem de trabalhos. -----

----- De seguida, o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto quatro da ordem de trabalhos. -----

----- **PONTO QUATRO: ORÇAMENTO, PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAL – 2022;** -----

----- Para efeitos do disposto na alínea a) do nº 1 do art.º 25º, do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal, por deliberação de 21/12/2021, propõe à Assembleia Municipal a aprovação do Orçamento, Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Atividades Municipal para 2022, que inclui o Mapa de Pessoal. -----

----- O senhor Deputado Alexandre Marques ausentou-se da sessão no início deste ponto da ordem de trabalho, quando eram cerca das vinte e uma horas e dezanove minutos. -----

----- Presidente da Câmara Municipal - O senhor Presidente da Câmara fez uma breve apresentação, de acordo com informação previamente enviada a todos os membros da Assembleia Municipal, e no final disponibilizou-se para esclarecimentos adicionais. -----

----- Sidónio Sansana – O senhor Deputado Sidónio Sansana usou da palavra e começou por referir que apesar de estar aqui sozinho e ter alguma autonomia para interpretar o que se vai passando, assume a responsabilidade de vir para aqui analisar estas questões, e principalmente esta do orçamento, que é fundamental, em nome dos anseios daqueles que o trouxeram até aqui nas Eleições Autárquicas. Disse que é à luz do programa eleitoral que vai enquadrar as questões. Assim, começou por referir que não está refletida neste orçamento a questão dos transportes públicos, por exemplo, e aguarda uma intervenção possível da CIRA. O GHEGA também espera por essa intervenção. Por enquanto, não existe essa possível definição de uma rede mínima de transportes públicos e disse que já nem vai perder tempo em pedir uma rede gratuita, como tem Cascais, mas é uma questão essencial para promover a competitividade económica do Município. O senhor Deputado tem relatos de pessoas que afirmam que não aceitam empregos fora da sua localidade de residência porque não têm transporte. Sendo este um Concelho onde predomina o ordenado mínimo também não há propriamente meios para ter viatura própria ou, quanto muito, para fazer as deslocações em viatura própria. Outro ponto importante do programa do CHEGA, disse, é que também não está aqui refletida a questão do saneamento básico, que não chega a muitos pontos do Concelho, e que devia chegar como fator de atratividade de novos residentes. Já se falou aqui que Vagos é um Concelho que está a atrair novos residentes, mas aquilo que se verifica um pouco é que isso é feito à custa da proliferação de anexos insalubres para trabalhadores precários nas localidade

periféricas de zonas industriais e turísticas. Há pelo menos um ponto que se espera possa vir a ser positivo que é o pontapé de saída na ligação da A17 à zona industrial de Vagos, que é defendido por todos os partidos representados nesta Assembleia Municipal. Em dois mil e vinte e dois espera-se que este projeto se concretize, já lá vão muitos anos, e até hoje ainda nada se viu, ou pouco se viu em relação a isso. Quanto àquelas coisas que estão no orçamento e que se calhar o CHEGA não concorda tanto, como é o caso das ciclovias sobre o qual não tem nada contra nem a favor. Tem é uma posição muito parecida com a do Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, isto é, que estão a ser contruídas ciclovias que roubaram espaço ao tráfego urbano, que tem de ter o seu espaço e muitas vezes o perde às custas destas ciclovias. E já nem se fala em Lisboa que até nem tem ciclovias com pouca utilização como algumas que se construíram aqui no Município de Vagos. Depois há as pontes pedonais, o Centro Náutico da Vagueira, que realmente tem tudo pronto para avançar, só falta a água. São estes exemplos que o CHEGA, e o seu eleitorado, realmente, não se revê neste tipo de soluções. Estas obras avançam às custas de uma comparticipação, que como já se concordou aqui, num cenário de subida de juros isto pode causar algum desequilíbrio na situação financeira. -----

----- Presidente da Assembleia Municipal – Entretanto, o senhor Presidente da Assembleia Municipal informou os membros deste Órgão – e disse que o não fez antes de se iniciar a discussão do ponto, por esquecimento - que pediu ao senhor Presidente da Câmara Municipal o agendamento de uma reunião com os líderes dos grupo municipais para discutirem este assunto, em termos concretos/técnicos, para que fossem prestados todos os esclarecimentos necessários aos membros da Assembleia Municipal, nas pessoas dos seus líderes. Essa reunião teve lugar no dia vinte e sete de dezembro de dois mil e vinte e um. -----

----- Óscar Lopes Francisco – O senhor Deputado Óscar Lopes Francisco usou da palavra e referiu que apreciou a intervenção do senhor Deputado Sidónio Sansana. Referiu que o grupo municipal do CDS analisou o documento detalhadamente, ponto por ponto, e dado que poucas opções suas tinham sido incluídas, o que se compreende. Tinham pensado votar contra. No entanto, o senhor Presidente da Câmara disse que decidiram incluir a rotunda do Lidl, que era uma das propostas do CDS, e mudaram de opinião em relação à intenção da votação. Há projetos muito necessário, como a ligação da zona industrial à A17. A sua construção faz toda a diferença e seria um pouco incauto da parte do CDS estar a prejudicar o Concelho de Vagos com uma votação contrária àquilo que seria as suas expetativas. Esta é uma obra muito importante para o desenvolvimento do Concelho e dos empresários, que são sempre um foco do CDS, e, por isso, faz todo o sentido que este projeto avance, pois é daqueles projetos que já devia estar concluído. Relativamente à reabilitação do Palacete Visconde de Valdemouro é obvio que é uma obra importante, e o PSD está a virar o seu foco todo para esta obra, mas também terá de se ver que não é só este edifício que precisa de ser requalificado. Alongando um puco mais poder-se-á mesmo dizer que a vila de Vagos precisa, toda ela, de ser reabilitada, mas isso levava para outras considerações que não adianta estarem a ser discutidas aqui. A ver pela extensa lista que o senhor Presidente da Câmara esteve a desenvolver não se traduziu num projeto de um só mandato, e sim de vários mandatos atrás, de promessas que

não foram cumpridas, e que estão agora todos aqui sintetizados. O grupo municipal do CDS espera que eles vejam uma luz ao fundo do túnel. Pessoalmente, não acredita que as coisas irão acontecer dessa forma, porque há sempre obstáculos pelo caminho e aquilo que tem acontecido no passado é que há sempre um conjunto de promessas que são transcritas em projeto e depois quando é preciso que elas se traduzam em obras isso muitas vezes não acontece. -----

----- Bruno Julião – O senhor Deputado Bruno Julião usou da palavra e referiu que mais uma vez se está aqui para discutir mais um orçamento municipal, o do próximo ano. Como todos sabem está-se perante um documento que não tem sido credível, no sentido em que todos os níveis de execução do passado provam que os números dos orçamentos que têm sido apresentados são empolados, mesmo face à sua expectativa inicial, que acaba por se confirmar na sua execução final. O Partido Socialista costuma chamar à atenção para esse facto. Cerca de um terço do orçamento não é executado. Disse que tem quase a certeza que a maioria das obras que o Executivo Municipal aqui promete, para dois mil e vinte e dois, não serão realizadas. Entende que há sempre um desajustamento grande entre o orçamento apresentado e a realidade, e daqui a um ano ver-se-á a prestação de contas e se tem razão. Continuando, disse que o senhor Presidente começou a fazer a jogada habitual, ou seja, apresenta os documentos como se fossem exclusivamente técnicos, mas como todos sabem não são, pelo que irá focar-se no essencial, que são as medidas políticas e as escolhas que este documento faz. Nesse sentido, a questão que pretende colocar à Câmara Municipal é a seguinte: a Autarquia por diversas vezes pediu aos partidos da oposição contributos para este orçamento, e sendo o Partido Socialista de Vagos todos os anos ativo no envio de propostas, este ano não foi exceção. Posto isto, perguntou à Câmara Municipal, por um lado, porque é que sendo uma entidade da Administração Pública não responder aos emails, por outro lado, até o mais importante, quais das propostas apresentadas pelo PS foram acolhidas e de que forma é que as pretende implementar. -----

----- Juan Carlos Martins – O senhor Deputado Juan Carlos Martins usou da palavra e referiu que ouviu atentamente as intervenções feitas até agora e praticamente ninguém disse mal do orçamento. Esta foi a constatação, com exceção do senhor Deputado Bruno Julião do PS. Anteriormente, tinha-se visto que a execução, em relação a dois mil e vinte e um, rondará os 85%. Já não há necessidade de ir um ano à frente, basta ver este e o anterior. Este é um orçamento cujo o grau de incertezas, como era o do ano passado, é extremamente elevado pela questão da pandemia, das eleições, e do que trará o futuro, da questão do PRR. Há uma quantidade de situações que tornarão o ano de dois mil e dois numa grande incerteza em termos de economia e do orçamento, propriamente dito, da Câmara Municipal. Na perspetiva do PSD, que assume esse orçamento como seu, reflete a opção política deste Executivo, e que se centra basicamente nas pessoas. Põe no centro a pessoa, o vaguense. A questão dos impostos, a manutenção da carga fiscal, não há aumento da carga fiscal. No próprio orçamento técnico há a redução de despesas correntes. O orçamento aponta para uma melhoria da qualidade de vida dos vaguenses, propriamente dito, na questão da habitação que está contemplada neste documento. -----

----- Presidente da Câmara Municipal – O senhor Presidente da Câmara usou da palavra para responder às questões colocadas pelos membros da Assembleia Municipal. -----

----- Relativamente às questões, levantadas pelo senhor Deputado Óscar Lopes destacou o início da intervenção, *“a emoção com a intervenção do CHEGA, e espera que essa emoção não seja trágica daqui por algum tempo para o CDS, mas isso pode derivar em tragédia para o CDS.”* Em relação aos projetos que estão incluídos no orçamento, nomeadamente a ligação da A17 à zona industrial de Vagos, disse que não haverá obra física durante o ano de dois mil e vinte e dois. Este ano proceder-se-á à aquisição dos terrenos necessários e ao lançamento do concurso público, tudo procedimentos que demoram o seu tempo. Quanto à questão da reabilitação do Palacete, disse que esta obra não se trata só de reabilitação, ou seja, trata-se da construção de mais um piso e de um anfiteatro para trezentos e sessenta espetadores. É uma obra importante para o Concelho do ponto de vista da oferta cultural e de apoio às instituições que trabalham no setor da cultura. Em relação ao facto de a vila precisar de ser reabilitada já foi feita alguma coisa, espera-se fazer mais. Os recursos são escassos e tem que se ir respondendo àquilo que são as prioridades, e este Executivo Municipal entendeu como sendo prioritário a reabilitação do Palacete e a criação de um auditório. Quanto às promessas que não foram concretizadas, de dois mil e treze a dois mil e vinte e um este Executivo investiu em obras vinte e dois milhões de euros, nas mais diversas obras por todo o Concelho. Agora, o Concelho de Vagos tem cento e sessenta e cinco quilómetros quadrados de expansão, e há obras que se fazem que muitos munícipes nem sabem que se fazem porque não utilizam, como por exemplo a obra de Rines-Sanchequias. Em relação às promessas por concretizar o senhor Presidente desafiou o senhor Deputado Óscar Lopes a dizer quais são. Em relação aos contributos para a elaboração do documento, desta vez o Executivo não pediu às Juntas de Freguesia, porque apanhou o período de transição e por essa razão não foi pedido. Disse não o incomodar assumir que ainda assim podia ter pedido, mas para o ano retomar-se-á essa questão. Em relação à sugestão para delegação de competência haverá a oportunidade de discutir esse documento na próxima sessão da Assembleia Municipal. Quanto às questões levantadas pelo senhor Deputado Bruno Julião, o senhor Presidente disse responder-lhe com outras questões. Sobre a questão de ser o Partido Socialista a pôr em causa a credibilidade de um documento financeiro, o senhor Presidente julgar que isso dará vontade de rir a todos os membros aqui presentes, exceto aos do PS. Se há partido em Portugal que não tem credibilidade para falar em questões financeiras é mesmo o Partido Socialista. Relativamente à questão das medidas que o Executivo Municipal incluiu no documento, não respondeu porque o Executivo é que pediu contributos ao Partido Socialista, e, não responder a dizer que *“acusamos a boa receção do documento.”* A Câmara Municipal questionou, o Partido Socialista enviou os documentos, e foram integrados no orçamento aqueles que entendeu e não integrou os que entendeu que não devia integrar. Então, explique o senhor Deputado as medidas, uma por uma, que teve oportunidade de o fazer na reunião preparatória a que o Partido Socialista faltou e que não quis fazer. Não houve disponibilidade de ninguém do Partido Socialista para estar presente na reunião preparatória. Perdeu essa oportunidade, e desafia o senhor Deputado Bruno Julião a fazê-lo aqui, ou seja, a apresentar as

propostas que fez e a explicá-las uma por uma. Quanto às questões do senhor Deputado Juan Martins, é exatamente isso, é um orçamento que se centra nas pessoas, que procura melhorar a sua execução, e se verificarem em termos brutos, em termos de receitas, a execução dos orçamentos tem vindo a aumentar ano após ano e tem vindo a servir as populações. O que interessa é servir as populações, e o reflexo que se tem na sociedade, da forma como o Município de Vagos hoje é visto internamente e externamente, também é reflexo do trabalho investido com todas as instituições que trabalham no Concelho, nomeadamente na área social, onde Vagos hoje é uma referência no Distrito de Aveiro. E não é só pelo trabalho da Câmara Municipal. Pelo contrário, é sobretudo pelo trabalho das associações, e essas associações têm que ter o suporte na Câmara Municipal para depois se dedicarem às pessoas como deve ser feito. -----

----- Sérgio Martins – O senhor Deputado Sérgio Martins usou da palavra e referiu que depois de ouvir alguns dos membros da oposição, sobre o orçamento, ficou “*um pouco baralhado*” e como tem alguma dificuldade em ler estes orçamentos deu por si a pensar “*então afinal de contas nós não temos um Concelho onde o desemprego não falta? Onde a transparência não é uma realidade? Onde o apoio social não está presente? Onde a aposta na diminuição da dívida é permanente? Onde se apostam em empresas, ou empresas continuam a instalar-se no nosso Concelho para dignificar aquilo que efetivamente nos interessa, que é servir as pessoas?* Por alguma razão foi o PSD que ganhou em Vagos, e, por isso, este é um orçamento do PSD, porque caso contrário estar-se-ia aqui a discutir outras propostas na totalidade. No entanto, não é assim que funciona em Democracia. De qualquer forma não pode deixar de notar que uma das obras para os quais se têm debatido, e que preserva a memória, a memória vaguense, e que tantos têm lutado por ela, a requalificação do Palacete que vai ter uma utilização extraordinária. Este orçamento centra-se nas pessoas, para as pessoas e por aqueles que continuam a trazer a chama daquilo que é ser vaguense. Este orçamento deixa o senhor Deputado plenamente satisfeito, já o disse no ano passado e volta a referi-lo este ano, foi cumprido praticamente tudo o que se foi pedindo na área da educação, do social, na cultura. -----

----- Óscar Lopes Francisco – O senhor Deputado Óscar Lopes voltou a usar da palavra e referiu que o CDS não está muito preocupado com o aumento de cotação do CHEGA, todos os aumentos da oposição são bem-vindos. Não é uma questão que o preocupe. “*O grupo municipal do CDS irá abster-se neste orçamento para dar uma oportunidade ao PSD de corrigir o seu rumo. O orçamento que o PSD propõe prevê uma despesa com os cargos políticos que estão ao nível do Município de Aveiro, três vezes superior ao Município de Ílhavo e duas vezes superior ao Município de Oliveira do Bairro e Albergaria-a-Velha. Num Município com as piores estradas dos Municípios da CIRA, e com algumas dificuldades com o passivo, não é admissível que gaste exorbitâncias em estratégias políticas. Entende o grupo municipal do CDS que os Municípios têm de reclamar, dos políticos que elegem, eficiência e critério do uso dos dinheiros dos impostos dos cidadãos. Esta é a declaração de voto do CDS que será enviada ao senhor Presidente da Assembleia Municipal*”. -----

----- Bruno Julião – O senhor Deputado Bruno Julião usou da palavra e referiu que não irá entrar no estilo de intervenção do senhor Presidente da Câmara, que é em estilo arrogante e politiqueiro, e não vai entrar por aí. A resposta que o Partido Socialista tem recebido sempre da Câmara Municipal,

que no fundo diz, que não é obrigada a aceitar e implementar medidas de partidos da oposição e isto diz muito sobre a não evolução de Vagos. O senhor Deputado considera que é de realçar este aspeto, por mais que custe. O senhor Presidente quer que o Partido Socialista apresente aqui as suas propostas para o orçamento, já que não leu o documento. O senhor Presidente da Câmara está sempre aqui a referir a legitimidade eleitoral, questão agora também aludida por um Deputado do PSD, mas sinceramente o facto de ter havido 56% de votantes do PSD para a Assembleia Municipal não justifica que o grupo municipal do PS vá aceitar com ligeireza que a Câmara Municipal receba propostas dos vários partidos e depois, simplesmente, faça “tábua rasa” de um trabalho que esses partidos fizeram, e fizeram-no com a convicção de que seria um contributo útil para o desenvolvimento do Concelho. Há o risco de se começar a aceitar com ligeireza essa postura, porque é um hábito enraizado do PSD, de recusar as boas ideias só porque têm origem noutros partidos. Em democracia, ao contrário do que disse o senhor Deputado Sérgio Martins, não se pode funcionar assim. Os partidos da oposição, mesmo não tendo a responsabilidade dos Vereadores, apresentam propostas e isso dever ser elogiado e não criticado. Uma das oportunidades que a democracia oferece à oposição é o momento de debate anual do orçamento do Município, nesta Assembleia Municipal. Nesse sentido, serve esta Assembleia Municipal não apenas para votar o orçamento municipal, mas para compreender e debater, sobretudo, um documento político com um conjunto de opções e de medidas e não apenas um conjunto de rúbricas técnicas. O Partido Socialista propôs várias medidas e gostava de saber, concretamente, porque é que a Câmara Municipal não as aceita. O senhor Deputado apresentou as medidas do Partido socialista para o orçamento municipal: 1) Higiene urbana, uma dotação financeira de cem mil euros para a aquisição de veículo de lavagem e aspiração de pavimentos e vias públicas, porque entende que esta proposta vai permitir a redução de um custo de adjudicação a outras entidades para a habitual execução de serviços de limpeza permitindo que a mesma se faça em todo o Concelho e que haja a partilha deste recurso com todas as Juntas de Freguesia; 2) Uma dotação de duzentos e cinquenta mil euros tendo em vista, desde logo, uma micro reserva natural do Vale do Boco, seria um investimento bom para atrair pessoas, turistas, cientistas e famílias vaguenses, para a observação de um conjunto de espécies que existem nesse habitat, mas importante também associar este recurso de uma forma estratégica à restante rede de locais turísticos, como os moinhos de São Romão, as Levadas do Boco e Ouca, a Lagoa de Calvão e do Covão do Lobo, circuito ambiental da Boa Hora, Arte Xávega, etc. E era importante que estes recursos fossem bem articulados e potenciados, pois acreditam que esta medida de carácter turístico, económico e ambiental criaria postos de trabalho, aumentava o número de clientes de hotelaria, restauração e comércio locais; 3) Uma dotação de cento e cinquenta mil euros para permitir, por um lado, a isenção de taxas de construção para jovens até aos trinta e cinco anos e, por outro lado, a criação de um cartão jovem municipal, que atribuisse um conjunto de benefícios para acesso a atividades desportivas, culturais, de turismo, lazer e que seriam assim suportados pela Autarquia; 4) Ao nível dos transportes, o orçamento deveria incluir uma dotação financeira no valor de duzentos mil euros para criar um circuito de transportes entre as Freguesias, zonas industriais e sede do Concelho, para adquirir a contratação de dois mini autocarros elétricos. Referiu

que, contrariamente ao que defende o Presidente nesta matéria, o PS recolheu ideias das pessoas que transmitiram que precisam das suas deslocações facilitadas entre as Freguesias e entre estas e as zonas industriais. Continuando, disse que estas são, apenas, algumas das propostas que o Partido Socialista apresentou, porque faz o que lhe compete, ao contrário do que o senhor Presidente da Câmara diz. Deste modo, o PS está a ser uma oposição construtiva e tem todo o direito de exigir que a Câmara Municipal debata estas propostas e responda algo sobre elas, traria alguma dignidade ao debate e que não se refugiasse em respostas vagas e circulares. Seria um sinal de grande maturidade política e democrática a inserção destas propostas no orçamento municipal. Se o Executivo do PSD continua a recusar as boas ideias é de lamentar, mas o PS vai continuar a insistir, esperando que o bom senso impere e a boa convivência política seja refletida no futuro em ações concretas a bem dos vaguenses. Na sua opinião, o senhor Presidente devia buscar inspiração no Governo deste País, que lidera um combate sem precedentes, que estabeleceu pontes com cientistas, e aceita várias das suas sugestões, que estabeleceu pontes com quase todos os partidos da Assembleia da República aceitando propostas dos partidos à esquerda do PS, do PSD e do CDS, articulou sempre tudo com o Presidente da República. É muito importante, que nestes tempos desafiantes os partidos possam agir em conjunto e que as forças democratas possam atuar em conjunto. -----

----- Nuno Moura - O senhor Deputado Nuno Moura usou da palavra e, em relação ao orçamento, dado o facto de ter ouvido que haveriam verbas subvalorizadas, perguntou ao senhor Presidente da Câmara se eventualmente as verbas da receita para o ano de dois mil e vinte e dois estão subvalorizadas, isto é, se não será previsível que o ano de dois mil e vinte e dois não tenha uma receita superior àquela que está neste documento. Por outro lado, também não pode deixar de chamar à atenção, porque lhe parece importante, o facto de que o Município não tem sempre deixado de fora as propostas de outros partidos, porque acha bem que o Executivo aceite as propostas que considere serem boas para o Município. Disse que, se não está a em erro, a proposta do orçamento participativo foi precisamente uma das propostas feita pelo Partido Socialista, que foi bem aceite pelo Executivo Municipal, e, na altura, até contra a vontade do senhor Presidente da Câmara. Este é um dos exemplos das propostas que são apresentadas, e ficam algumas dúvidas quando se houve o senhor Deputado Bruno Julião a fazer a apresentação destas propostas, porque duzentos mil euros para criar uma rede viária em Vagos e comprar dois autocarros parece pouco, provavelmente não se conseguiria comprar dois autocarros. As propostas têm de ser minimamente estudadas para que depois possam ter uma aplicação correta no dia a dia. -----

----- Presidente da Câmara Municipal – O senhor Presidente da Câmara voltou a usar da palavra para prestar os esclarecimentos solicitados. -----

----- Em relação às receitas explicou que o cálculo do valor das receitas obedece a um valor legal, ou seja, no caso das receitas de impostos municipais corresponde à média dos últimos vinte e quatro meses. Por exemplo, num imposto como o IMI, que como se sabe até tem tendência a subir, não se pode estimar um valor conforme se entende. Tem de se ir ao cálculo, de acordo com a lei, fazer a estimativa dos últimos vinte e quatro meses, fazer a média e aplicar esse valor. É natural que

algumas das rúbricas, apesar de saber que elas posam ter uma execução maior do que aquela que está no orçamento, não se possa fazer de forma diferente. Mais tarde ter-se-á de, eventualmente, fazer uma revisão ao orçamento e alterar esses valores por força da execução. -----

----- Relativamente à intervenção do senhor Deputado Óscar Lopes, no que diz respeito à declaração de voto, disse que não lhe cumpre tecer quaisquer comentários, mas irá fazer um reparo, ou seja, os vaguenses acabaram de eleger os novos órgãos políticos. Será que os vaguenses agora não sabem o que querem e escolheram o PSD porque se enganaram? -----

----- Em relação à acusação de arrogante e politiqueiro, feita pelo senhor Deputado Bruno Julião, teceu vários comentários sobre o facto de o mesmo não ter ido à reunião e quisesse que lhe fosse explicado em 20 minutos as medidas, e designadamente referiu-se ao facto de se chamar “folha de couve” ao documento, como o Partido Socialista já o fez; dizer que não tinha lido o e-mail, quando o senhor Presidente não disse nada disso. O e-mail foi recebido e não foi respondido, porque não tem que ser respondido. O Executivo solicitou contributos e estes foram enviados. Se o senhor Deputado Bruno Julião tivesse ido à reunião podia ter solicitado essa explicação e ele ter-lhe-ia explicado, como vai explicar agora. Em relação às medidas que propôs, a última é ridícula, porque com duzentos mil euros - no documento que enviaram referem cento e cinquenta mil euros - não dá para comprar nem um autocarro, quanto mais ciar uma rede de transportes. Em relação à aquisição do veículo de lavagem e aspiração de pavimentos de via pública, a assembleia autorizou o contrato plurianual que prevê a limpeza das estradas. Isso está previsto no contrato de prestação de serviços. Se o senhor Deputado quer duplicar despesa para a Câmara Municipal é um problema seu, mas obviamente essa ideia o Executivo Municipal não aceitou. Quanto ao incentivo para a fixação dos jovens e à isenção das taxas de construção, o Município de Vagos já é, desde há muito tempo, o Município da Região de Aveiro com a taxa de construção mais reduzida, precisamente para incentivar a que os jovens possam construir no Concelho. Relativamente à reserva natural do Vale do Boco, a Câmara Municipal já tem em execução o plano de intervenção ecológica daquela zona. Quanto às levadas do Boco foi promovida a sua limpeza. Quanto às levadas de Ouca a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia de Ouca estão a trabalhar em conjunto, e a Junta de Freguesia até tem um projeto aprovado para aquela zona, para a criação de circuitos pedonais. Em relação às Lagoas de Calvão e Covão do Lobo estão projetos aprovados, aguardam-se fontes de financiamento para as executar. Quanto à questão da Arte Xávega, está no orçamento a construção de um Museu da arte Xávega. Em relação à mobilidade urbana, com uma dotação financeira de duzentos mil euros para criação de uma rede de ciclovias, que o senhor Deputado Sidónio Sansana não concorda, também está prevista no orçamento. Portanto, disse, arrogante e politiqueiro é o senhor Deputado Bruno Julião dizer estas coisas, porque teve a oportunidade de ir a uma reunião preparatória onde poder-se-ia ter-lhe explicado tudo isto e conversado, como se conversou com o CDS, com o CHEGA e com o PSD, sobre estes temas, mas optou por não ir ninguém do Partido Socialista à reunião. Também é arrogante e politiqueiro chamar “folha de couve” ao orçamento do município que é aprovado, normalmente, por larga maioria, e os senhores têm de aprender a respeitar o eleitorado. O eleitorado de Vagos quer que o PSD esteja a presidir à Câmara Municipal de Vagos, por larga

maioria, e que o PSD esteja a presidir à Assembleia Municipal, por larga maioria. O executivo Municipal aceita as propostas da oposição que são boas, mas não aceita propostas que contradigam aquilo que foi dito aos eleitores e o senhor Deputado terá de compreender isso. A arrogância do Partido Socialista é que acha que em Vagos se deve fazer o que o PS entende que se deve fazer, e só com oito ou nove por cento do eleitorado, e isso é que é ser arrogante e politiqueiro. Aquilo que o Executivo faz, por muito que custe ao PS, é muito claro. Os números são claros. Em dois mil e catorze Vagos tinha quinhentas e vinte e oito empresas; em dois mil e dezanove tínhamos seiscentas e quarenta e quatro. O volume de negócios em dois mil e catorze era de trezentos e quarenta e quatro milhões de euros; em dois mil e dezanove passou a ser de quinhentos e noventa e dois milhões de euros. Estes são os dados de dois mil e dezanove, que são os últimos que estão no E-informa. Em dois mil e catorze existiam três mil cento e sessenta e três empregados; em dois mil e dezanove cinco mil quatrocentos e três. Em dois mil e catorze, o volume de exportações era de cento e quatro milhões; hoje o volume de exportações é de cento e noventa e sete milhões de euros. Eram cem as empresas exportadoras; hoje são cento e vinte e três. Há mais população. Há menos desemprego. Estes são os dados que interessam às pessoas, e não vir aqui fazer “política barata”, dizer que o orçamento não vale nada, que é uma “folha de couve”, que o Executivo não ouve ninguém, quando são os senhores que não aparecem para as reuniões. Este, sim, é o orçamento do PSD, que o Executivo tem sempre muito prazer em apresentar. Gostava de fazer mais se as receitas fossem mais, mas o Concelho está a ser preparado para que no futuro haja mais receitas. É esse o grande objetivo, e, por isso, irá continuar a trabalhar para que a execução do orçamento para o ano já não seja só de dezanove milhões e tal de euros, mas sejam vinte e tal milhões de euros. Agora, é preciso é que o Partido Socialista resolva algumas questões básicas e essenciais, com este Governo, que o senhor Deputado acabou por elogiar, como a transferência de competências na área da EN109 e na área do património abandonado. A casa dos magistrados está abandonada e ainda não foi entregue à Câmara Municipal. A EN109 já devia estar entregue à Câmara Municipal para evitar situações como a que teve de deliberar hoje, para serem os vaguenses a decidir o destino que querem dar a esta via. Estes problemas é que têm de ser resolvidos e o senhor Deputado podia fazer também esse esforço de influência junto do Governo, nomeadamente do senhor Ministro Nuno Santos para que desbloqueie essas situações atempadamente, antes de o Governo cessar funções no dia trinta de janeiro. -----

----- Óscar Lopes Francisco – O senhor Deputado Óscar Lopes voltou a usar da palavra para fazer um esclarecimento, ou seja, o CDS não contestou o resultado que veio das eleições, não é isso que está em questão. O que o CDS criticou foi os sucessivos cargos políticos e os custos que essas contratações têm no exercício do poder Autárquico. -----

----- Juan Carlos Martins – O senhor Deputado Juan Carlos Martins voltou a usar da palavra e referiu que da intervenção que ouviu do PS há coisas que custam a ouvir, e as pessoas que estão a ouvir em casa devem refletir sobre o que se fala. Quando o senhor deputado Bruno Julião fala na arrogância da Câmara por não aceitar propostas, e que acha que têm de haver propostas, e depois de ter ouvido a explicação do senhor Presidente, custa ver alguém não aceitar umas eleições e a

democracia a funcionar. E não é arrogância, e não vale a pena dizer constantemente que o PSD traz sempre para debate o resultado das eleições, mas é a verdade. Os eleitores de Vagos escolheram uma proposta de orçamento, uma proposta de trabalho para quatro anos. Este Executivo nos últimos dois mandatos incluiu e ouviu os partidos, inclusive aceitou propostas do PS e do CDS e incluiu-as nos orçamentos. É de extrema arrogância o senhor Deputado Bruno Julião vir aqui dizer que não aceitam as propostas porque são arrogantes e trazem para aqui constantemente este tipo de debate. Este é um orçamento do PSD, e é a democracia a funcionar. Quanto à questão da melhoria dos orçamentos, já que o senhor Deputado Bruno Julião tem alguma responsabilidade em Lisboa, podia tentar desbloquear algumas situações. Continuando, disse que quando o senhor Deputado referiu que o Executivo devia tomar como exemplo o Governo da Nação é melhor não, porque o próprio Governo rejeitou todas as propostas do PSD e dos partidos à direita. As preocupações num orçamento são as preocupações das pessoas, é centrado nas pessoas, mas as empresas, por exemplo, neste momento estão aflitas com a pandemia, e que têm direito ao *lay off* destes dois períodos, assim como as IPSS's, ainda não puderam usufruir deste direito porque o Governo ainda não pagou o apoio extraordinário à recuperação das empresas e que já devia estar pago há muito tempo. Se o senhor Deputado Bruno Julião quer ajudar o Concelho e os vaguenses inteire-se destes problemas, que, na sua opinião, só servem para travar o desenvolvimento e criar complicações às empresas. Os próprios subsídios que o Estado atribuiu, e a lei diz que o Estado é uma pessoa de bem, ainda não foram pagos, paga muito tarde, muitas das vezes quando as empresas já nem existem. -----

----- Bruno Julião – O senhor Deputado Bruno Julião voltou a usar da palavra e esclareceu que quem aprova o orçamento municipal é a Assembleia Municipal e não as Eleições Autárquicas. Há aqui uma tremenda confusão na cabeça de muita gente. Infelizmente, o grupo municipal do PSD não trouxe aqui uma única proposta. Claramente tem “ciúmes” do PS por ter apresentado ideias, e disse não pode fazer nada em relação a isso. Em seguida, disse que nunca afirmou que o orçamento é uma “folha de couve” e que recebeu uma chamada para a reunião cinquenta e dois minutos antes e, como é óbvio, não podia ir. -----

----- Presidente da Assembleia Municipal – O senhor Presidente da Assembleia Municipal disse que não costuma fazer considerações, nem é esse o seu papel, mas em relação à parte final da intervenção do senhor Deputado Bruno Julião esclareceu que a reunião foi agendada no dia vinte e três e realizou-se no dia vinte e sete. Como tem sido hábito estas reuniões são agendadas com os líderes, indicados pelos grupos municipais de todos os partidos, em conjunto. Apesar de não ter havido resposta por parte do líder do grupo municipal do PS o senhor Presidente indicou e pediu para que mesmo assim, num ato de grande humildade e de grande preocupação de esclarecer todos os grupos municipais, tendo por base a justificação de falta que o senhor Deputado Óscar Gaspar, coincidentemente líder do grupo municipal do PS, tinha feito chegar de que não iria estar nesta sessão, pediu que contactassem o senhor Deputado Bruno Julião. O senhor Presidente, disse, não tem é culpa que, se no grupo municipal do PS, se falam ou não falam, e que teve essa iniciativa para permitir que todos os grupos municipais participassem na reunião. O senhor Presidente disse

também que prestou o presente esclarecimento para que não ficasse aqui nenhuma ideia no ar de qualquer tratamento diferente com cada um dos grupos municipais. -----

----- Presidente da Câmara Municipal – O senhor Presidente da Câmara informou de que não é verdade que o grupo municipal do PSD não tenha dado contributos. Isso foi uma afirmação que o senhor Deputado Bruno Julião se lembrou agora de fazer. O senhor Presidente também nunca disse que foi ele que chamou o orçamento de “folha de couve”. O que disse foi que o PS já afirmou na Assembleia Municipal que o orçamento era uma “folha couve”. Em relação à intervenção do senhor Deputado Óscar Lopes, sobre a referência aos cargos políticos, o senhor Presidente não sabe que contas fez, mas a Câmara Municipal tem o pessoal político que a lei permite e, portanto, não há nenhuma incongruência relativamente a essa matéria. Quanto ao orçamento, o Executivo Municipal, em conjunto com o PSD e com a estrutura na Assembleia Municipal, volta a dizer que tem muito orgulho no orçamento que apresentou ao eleitorado. -----

----- **DELIBERAÇÃO** - A Assembleia Municipal deliberou, **por maioria**, com votos contra do grupo municipal do PS e abstenção dos grupos municipais de CDS e do Chega, aprovar o Orçamento, Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Atividades Municipal para 2022. O senhor Deputado Xavier Prior Neto não participou na votação deste ponto da ordem de trabalhos. -----

----- De seguida, o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto cinco da ordem de trabalhos. -----

----- **PONTO CINCO: ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS;** -----

----- Sobre o assunto se refere a deliberação da Câmara Municipal, de 21/12/2021, em que propõe à Assembleia Municipal, a aprovação do modelo de estrutura orgânica e da estrutura nuclear, definindo as correspondentes unidades orgânicas nucleares, bem como o número máximo de unidades orgânicas flexíveis, subunidades orgânicas, equipas multidisciplinares e equipas de projeto. -----

----- Presidente da Câmara Municipal - O senhor Presidente da Câmara pediu autorização à Mesa para ser o senhor Vice-Presidente a fazer a apresentação deste ponto. -----

----- Vice-Presidente da Câmara Municipal - Fez uma breve apresentação, de acordo com informação previamente enviada a todos os membros da Assembleia Municipal, e no final disponibilizou-se para esclarecimentos adicionais. -----

----- Bruno Julião – O senhor Deputado Bruno Julião usou da palavra e referiu que após a apresentação do ponto surgiram-lhe algumas dúvidas muito simples. Do que entende, disse, não parece haver aqui grandes alterações e, por isso, considera que quando se propõe uma alteração desta natureza o objetivo não pode ser, e esse parece ter sido o foco, apenas o desenho interno da organização por si. Mas deve ser, parece-lhe, o impacto que esse desenho tem nas condições, não só nas condições de trabalho das pessoas, mas também, naturalmente, de melhoria da prestação dos serviços aos cidadãos que usam os serviços da Câmara Municipal. Neste sentido, deixa uma pergunta geral, ou seja, o que é que vai melhorar esse aspeto. Por outro lado, pergunta à luz de uma nota que o senhor Vice-Presidente deixou e à luz dos objetivos que estão emplasmados no documento, como é que estas alterações vão permitir que o serviço prestado se torne mais digital e

como é que isso permite que o cidadão tenha, porventura, respostas mais digitais sem ter de se deslocar à Câmara Municipal, de forma mais rápida. -----

----- Vice-Presidente da Câmara Municipal – O senhor Vice-Presidente respondeu às questões levantas pelo senhor Deputado Bruno Julião. Ao haver, subentende-se, como é óbvio, melhoria no funcionamento dos serviços esse objetivo é sempre a melhoria do atendimento ao cidadão, caso contrário não faz sentido estar-se a fazer uma melhoria dos serviços que não se reflita depois no serviço ao cidadão. Toda a Câmara Municipal está voltada para sempre fazer uma melhoria e atender cada vez melhor o cidadão. Quanto à parte digital, não é só o que passa para fora, dos serviços digitais, que melhora os serviços. Ao melhorar internamente a resposta digital, melhora-se o serviço, responde-se mais rápido a nível interno e conseqüentemente responde-se também mais rápido ao cidadão, de forma a diminuir o tempo de resposta, por exemplo num processo de licenciamento urbano. Esta é uma área que aumentou, teve um grande crescimento, e espera-se que assim continue. -----

----- Presidente da Câmara Municipal – O senhor Presidente da câmara pediu autorização à Mesa para, nesta área do atendimento digital, para a senhora Vereadora Sara Caladé poder dar também uma breve explicação. -----

----- Vereadora Sara Caladé – A senhora Vereadora Sara explicou que relativamente à secção da digitalização que se pretende implementar o objetivo, tal como o senhor Vice-Presidente referiu, tem a ver com a digitalização de processos antigos. Os processos novos, e tudo o que chega à câmara Municipal, já está informatizado digitalmente desde dois mil e dezasseis. A secção de digitalização tem o objetivo de digitalizar todos os processos que já existam na Câmara Municipal. Ao fazê-lo, os restantes técnicos da Autarquia, que já só informam digitalmente, darão uma resposta interna mais rápida. Neste momento, o que se faz, e porque ainda estão poucos recursos alocados, é quando o processo é necessário é digitalizado. O objetivo é que passe a estar em arquivo digitalmente, e, como se imagina, são muitos anos de processos e é importante passá-los todos para digital. Em relação ao atendimento digital o Município de Vagos desde dois mil e dezasseis tem a digitalização dos processos do urbanismo completamente feita e está-se constantemente a fazer a melhoria. O balcão *on-line* está também a funcionar e, por isso, não é necessário que nenhum munícipe se desloque às instalações da Câmara Municipal para fazer a entrega de qualquer pedido. Neste momento há um projeto com a CIRA, o Região de Aveiro Digital. Vagos é o Município da CIRA que tem o processo mais adiantado e melhor implementado. Ajudou toda a troca que houve com os outros Municípios. Mas foi piloto neste processo, e continua a ser piloto, até com algumas empresas que fornecem serviços à maioria das Autarquias, e têm escolhido o Município de Vagos como piloto para implementar algumas situações face ao excelente trabalho que em sido desenvolvido nesta área, e aqui fica um agradecimento quer aos serviços da Modernização Administrativa quer ao de Informática da Câmara Municipal. -----

----- **DELIBERAÇÃO** - A Assembleia Municipal deliberou, **por maioria**, com a abstenção dos deputados do grupo municipal do CDS, aprovar a proposta de organização dos serviços municipais apresentada pela Câmara Municipal. -----

----- De seguida, o senhor Presidente da Assembleia Municipal passou para o ponto seis da ordem de trabalhos. -----

----- **PONTO SEIS: COVID 19 – TAXAS- SUSPENSÃO PARA 2022;** -----

----- Sobre o assunto se refere a deliberação da Câmara Municipal, de 21/12/2021, em que propõe à Assembleia Municipal a suspensão, em 2022, do Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas do Município de Vagos, publicado no Diário da República, 2ª Série, Nº 148, em 31/07/2015, na parte em que fixa a aplicação de algumas das taxas, constantes do seu Anexo A, sem prejuízo de posterior revisão da decisão que vier a ser tomada, por força de legislação que venha eventualmente a ser publicada, à semelhança dos anos anteriores. -----

----- Presidente da Câmara Municipal - O senhor Presidente da Câmara fez uma breve apresentação, de acordo com informação previamente enviada a todos os membros da Assembleia Municipal, e no final disponibilizou-se para esclarecimentos adicionais. -----

----- Nuno Moura – O senhor Deputado Nuno Moura usou da palavra e referiu que não costuma pronunciar-se, mas como leu a documentação toda achou interessante a votação do CDS no ponto anterior uma vez que a Câmara Municipal deliberou por unanimidade e agora o grupo municipal do CDS tenha optado pela abstenção. No que diz respeito a este ponto das taxas, e da sua suspensão para dois mil e vinte e dois, pretendia apenas dar os parabéns à Câmara Municipal por ter tido a iniciativa de manter esta benesse, uma vez que os efeitos que decorrem da pandemia ainda se fazem sentir. Os comerciantes do Concelho de Vagos são aqueles que vão beneficiar desta suspensão e o grupo municipal do PSD congratula-se com esta posição do Executivo Municipal. -----

----- Bruno Julião - O senhor Deputado Bruno Julião usou da palavra e referiu que o grupo municipal do PS já conhece o essencial da última proposta de orçamento de Estado para dois mil e vinte e dois, e poder-se-á agora ter um orçamento de Estado, talvez em abril ou maio de dois mil e vinte e dois. Disse que o senhor Presidente há pouco deu a ideia de que ele continua a valorizar o Governo e, por isso, aproveita e diz que o Partido Socialista já se comprometeu, naturalmente, se continuar a liderar o Governo, a preservar e atribuir de forma retroativa um conjunto de medidas de apoio à economia para mitigar os efeitos da pandemia, assim como no âmbito do reforço dos rendimentos das famílias. Será possível, e poderá acontecer, que estes apoios incluam também a possibilidade de permitir que as Autarquias acomodem bem estas medidas de isenções fiscais. De certeza que se o Partido Socialista continuar a liderar o Governo vai permitir que isso seja possível. Posto isto, o grupo municipal do PS concorda com esta proposta de suspensão de regulamento de liquidação e suspensão de cobranças de taxas do Município, nos termos em que é apresentado, isto é, sem prejuízo da posterior revisão da decisão que vier a ser tomada, por força da legislação que vier a ser publicada, à semelhança dos anos anteriores. O que importa ao PS é que os cidadãos e as empresas continuem a beneficiar da atenção dos poderes públicos. -----

----- Presidente da Câmara Municipal – O senhor Presidente usou da palavra, disse, somente para fazer um comentário: *“de promessas está o inferno cheio.”* Este Governo tem prometido, e agora é altura de promessas, quer por causa do Natal quer por causa das eleições, mas já nem era preciso isso. Já só era preciso que pagasse ao Município o que deve, cerca de meio milhão de euros que

ainda está em dívida, dos efeitos de combate à pandemia, dos computadores que adquiriu e tantas outras despesas. Já nem é necessário que o Governo prometa nada para o futuro, apenas que cumpra aquilo a que se comprometeu no passado. Não vale a pena estar a comprometer-se com o futuro se ainda não conseguiu concretizar o prometido no passado. -----

----- **DELIBERAÇÃO** - A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, suspender parcialmente o Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas do Município de Vagos, publicado no Diário da República, 2ª Série, Nº 148, em 31/07/2015, conforme proposta que foi apresentada pela Câmara Municipal. -----

----- Nada mais havendo a tratar, o segundo Secretário, senhor Tony Richard de Oliveira Almeida, procedeu à leitura da minuta da ata da presente sessão. -----

----- O senhor Presidente da Assembleia Municipal submeteu a minuta da ata à votação tendo sido **aprovada por unanimidade**. -----

----- Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrados os trabalhos desta sessão, quando eram cerca das vinte e três horas e trinta minutos, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada pelo Presidente da Mesa e por quem a lavrou. -----

----- **O Presidente,** _____.

----- **O(A) Secretário(a),** _____.